

GAEC Educação S.A. e controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, conselheiros e administradores da GAEC Educação S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GAEC Educação S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sociedade em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*") emitidas pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Avaliação da recuperabilidade do ágio de controladas com prejuízo contábil recorrente

A Sociedade possui registrado, no ativo intangível, o montante de R\$81.242 mil referente a ágio pago na aquisição da controlada HSM do Brasil S.A., fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura de seus negócios. De acordo com o CPC 4 – Ativo Intangível (equivalente ao IAS 38 – *Intangible Assets*), a Sociedade deve, anualmente, avaliar a recuperabilidade do ágio e, se necessário, contabilizar provisão para redução do valor recuperável do ativo. O processo de avaliação da recuperabilidade desse ativo intangível é complexo e envolve julgamentos significativos por parte da Administração na definição da taxa de desconto, na projeção da receita e no modelo de avaliação econômico-financeiro aplicado. A controlada vem apresentando resultados reais inferiores aos projetados e, por este motivo, a realização deste ativo foi considerado como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os procedimentos realizados para obtermos evidência apropriada de auditoria foram: (i) Obtenção de entendimento dos controles internos adotados pela administração para elaboração de projeções e análise da recuperabilidade do ágio pago; (ii) envolvimento de nossos especialistas na revisão da metodologia e dos procedimentos utilizados pela Administração da Sociedade em sua análise de recuperabilidade; (iii) análise da consistência matemática utilizada no modelo de avaliação econômico-financeiro; (iv) avaliação da razoabilidade das premissas adotadas para a projeção de resultados futuros e da taxa de desconto adotada; e (v) análises de sensibilidade no estudo preparado pela Administração da Sociedade para suportar o ágio reconhecido nas demonstrações financeiras.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Administração na nota explicativa nº 13.2 às demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as avaliações de recuperação do respectivo ativo referente a ágio, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individual e consolidada, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRSs*"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de março de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Gilberto Grandolpho
Contador
CRC nº 1 SP 139572/O-5

GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVOS						PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.992	8.663	33.918	39.568	Fornecedores	14	5.648	4.032	33.773	23.688
Aplicações financeiras	6	-	7.003	81.994	141.931	Empréstimos e financiamentos	15	36.238	99.824	52.512	124.126
Contas a receber	7 e 29	26.940	12.205	246.893	195.710	Obrigações sociais e salariais	16	10.065	6.853	62.564	58.359
Adiantamentos diversos	8	1.367	1.532	30.497	37.355	Obrigações tributárias	17	1.261	1.058	17.485	14.772
Dividendos a receber		59.768	140.617	-	-	Adiantamentos de clientes	18	-	-	17.528	19.177
Impostos e contribuições a recuperar	9	3.048	3.630	8.998	11.154	Parcelamento de impostos e contribuições	19	-	-	129	550
Outros ativos circulantes		1.078	56	7.712	8.324	Títulos a pagar	20	-	-	11.141	9.133
Total dos ativos circulantes		95.193	173.706	410.012	434.042	Dividendos a pagar		20.244	4.967	20.244	4.967
						Derivativos	30	4.941	13.061	4.941	13.061
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						Outros passivos circulantes		900	202	1.150	456
Contas a receber	7	-	-	137	89.893	Total dos passivos circulantes		79.297	129.997	221.467	268.289
Adiantamentos diversos	8	-	-	11.599	12.449	PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Depósitos judiciais	21	46	34	47.387	36.292	Empréstimos e financiamentos	15	215.035	230.301	223.306	253.506
Créditos com partes relacionadas	29	9.891	-	333	147	Débitos com partes relacionadas	29	3.577	22	9	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	7.586	1.279	16.150	6.001	Títulos a pagar	20	-	-	61.139	64.551
Impostos e contribuição social diferidos	10	1.584	-	1.584	-	Parcelamento de impostos e contribuições	19	-	-	3.010	4.470
Outros ativos não circulantes		349	-	30.043	16.366	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	38.441	52.180
Investimentos	11	858.962	811.261	2.732	-	Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	21	1.309	1.290	88.280	98.473
Imobilizado	12	6.771	5.248	246.119	223.530	Derivativos	30	2.616	9.641	2.616	9.641
Intangível	13	20.916	16.132	572.056	569.132	Outros passivos não circulantes		3.023	717	3.443	1.050
Total dos ativos não circulantes		906.105	833.954	928.140	953.810	Total dos passivos não circulantes		225.560	241.971	420.244	483.871
						TOTAL DOS PASSIVOS		304.857	371.968	641.711	752.160
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	22	496.411	496.411	496.411	496.411
						Reserva de capital	22	6.618	6.533	6.618	6.533
						Reserva de lucros	22	277.191	212.266	277.191	212.266
						Ações em tesouraria	22	(14.213)	(9.952)	(14.213)	(9.952)
						Ágio em transação de capital	22	(69.566)	(69.566)	(69.566)	(69.566)
						Total do patrimônio líquido		696.441	635.692	696.441	635.692
						TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.001.298	1.007.660	1.338.152	1.387.852
TOTAL DOS ATIVOS		1.001.298	1.007.660	1.338.152	1.387.852						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA	24	2.482	2.519	1.045.674	960.434
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	25	(23.298)	(16.912)	(646.541)	(611.583)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(20.816)	(14.393)	399.133	348.851
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	25	(2.218)	(1.839)	(84.210)	(75.394)
Gerais e administrativas	25	(2.432)	(1.712)	(228.186)	(191.213)
Resultado de equivalência patrimonial	11	123.474	87.569	(404)	-
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	25	6.295	(7.827)	(160)	(26.155)
		125.119	76.191	(312.960)	(292.762)
RESULTADO OPERACIONAL					
ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		104.303	61.798	86.173	56.089
Resultado financeiro, líquido	27	(37.928)	(40.953)	(37.854)	(36.771)
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS		66.375	20.845	48.319	19.318
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	10	18.777	-	36.833	1.527
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.152	20.845	85.152	20.845
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação da controladora		85.152	20.845	85.152	20.845
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	22	1,07	0,26		
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	22	1,05	0,26		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	85.152	20.845	85.152	20.845
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>85.152</u>	<u>20.845</u>	<u>85.152</u>	<u>20.845</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À Participação da controladora	85.152	20.845	85.152	20.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 Valores expressos em milhares de reais - R\$

				Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido dos controladores
	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Retenção de lucros	Ágio em transações de capital	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		496.411	1.231	(3.149)	13.378	203.813	(69.566)	-	642.118
Remuneração baseada em ações		-	5.302	-	-	-	-	-	5.302
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(4.951)	(4.951)
Reserva legal		-	-	-	1.042	-	-	(1.042)	-
Constituição reserva de lucros		-	-	-	-	14.852	-	(14.852)	-
Aquisição de ações para tesouraria	22.c	-	-	(27.622)	-	-	-	-	(27.622)
Cancelamento de ações ordinárias		-	-	20.819	-	(20.819)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	20.845	20.845
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		496.411	6.533	(9.952)	14.420	197.846	(69.566)	-	635.692
Remuneração baseada em ações		-	85	-	-	-	-	-	85
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(7)	-	(20.223)	(20.230)
Reserva legal		-	-	-	4.258	-	-	(4.258)	-
Constituição reserva de lucros		-	-	-	-	60.671	-	(60.671)	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	3	-	-	3
Aquisição de ações para tesouraria	22.c	-	-	(4.261)	-	-	-	-	(4.261)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	85.152	85.152
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>496.411</u>	<u>6.618</u>	<u>(14.213)</u>	<u>18.678</u>	<u>258.513</u>	<u>(69.566)</u>	<u>-</u>	<u>696.441</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		85.152	20.845	85.152	20.845
Ajustes:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7/25	-	-	46.169	45.554
Atualização (reversão) depósito judicial	21	(3)	3	(2.103)	(1.660)
Depreciação e amortização	12/13/25	8.076	4.816	51.294	42.121
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	12/13	91	102	425	4.477
Equivalência patrimonial	11	(123.475)	(87.571)	404	-
Perda com investimento		2	-	-	36
Perda com provisão impairment		-	10.300	-	19.000
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, parcelamento impostos		24.509	50.284	28.547	60.716
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	25	19	(599)	7.236	12.060
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	27	-	-	8.325	8.706
Receita com ajuste a valor presente e correção monetária FIES, Ampliar e Pravalor		-	-	(6.166)	(16.338)
Atualização de empréstimos a terceiros		-	-	(1.799)	(1.128)
Remuneração baseada em ações		12	-	85	5.302
Valor justo com derivativos		11.670	-	11.584	-
Baixa de estoque e acervo líquido		-	-	1.194	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	(18.777)	-	(36.833)	(1.527)
		(12.724)	(1.820)	193.514	198.164
Varição nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber		(14.735)	(3.925)	(1.430)	(5.750)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		165	(861)	7.709	(25.203)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	21	(9)	5	(13.335)	(8.653)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar		2.869	710	615	(339)
Redução (aumento) de outros ativos		(1.371)	-	(3.338)	1.951
(Redução) aumento de fornecedores		1.616	717	10.085	439
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários		4.211	(87)	7.846	6.104
(Redução) aumento de adiantamento de clientes		-	-	(1.649)	(4.000)
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições		-	-	710	(474)
(Redução) aumento de provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	21	-	(439)	(13.737)	(14.407)
(Redução) aumento de outros passivos		3.007	909	3.092	243
		(4.247)	(2.971)	(3.432)	(50.089)
Juros pagos		(28.169)	(15.397)	(32.816)	(25.627)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(15)	(364)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(45.140)	(20.188)	157.251	122.084
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuos com partes relacionadas					
Concessões		(10.741)	-	(4.028)	(135)
Recebimentos		850	-	3.842	-
Aumento de capital em controlada	11	(53.747)	(165.197)	(3.136)	-
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos		(6)	-	-	(8.019)
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		8.802	157.348	75.225	40.695
Rendimento de aplicações financeiras		(1.799)	(10.869)	(15.288)	(23.361)
Compra de ativo imobilizado	12	(3.641)	(4.026)	(53.589)	(38.397)
Compra de ativo intangível	13	(11.673)	(6.237)	(19.513)	(13.227)
Dividendos recebidos		219.088	69.732	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		147.133	40.751	(16.487)	(42.444)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Mútuos com partes relacionadas					
Captações		28.982	1.671	9	-
Amortizações		(25.427)	(1.649)	-	-
Empréstimos e financiamentos					
Captações		5.351	142.978	5.351	142.978
Amortizações		(77.793)	(94.849)	(100.381)	(143.395)
Ganho (perda) com derivativos	27	(29.565)	(18.590)	(29.565)	(18.590)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas		-	-	(12.616)	(3.673)
Ações em tesouraria	23.c	(4.261)	(27.623)	(4.261)	(27.623)
Dividendos pagos		(4.951)	(15.249)	(4.951)	(15.249)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(107.664)	(13.311)	(146.414)	(65.552)
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALÊNTES DE CAIXA		(5.671)	7.252	(5.650)	14.088
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	8.663	1.411	39.568	25.480
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	2.992	8.663	33.918	39.568
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(5.671)	7.252	(5.650)	14.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	24	2.775	2.819	1.074.448	982.258
Outras receitas		831	131	10.413	10.237
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	-	-	(46.169)	(45.554)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		(158)	(25)	(12.847)	(11.493)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.942)	(14.750)	(181.508)	(178.291)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.506	(11.825)	844.337	757.157
Depreciação e amortização	25	(8.078)	(4.814)	(51.297)	(42.121)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO		(6.572)	(16.639)	793.040	715.036
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	11	123.474	87.569	(404)	-
Receitas financeiras	27	2.694	77.619	38.166	119.143
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		119.596	148.549	830.802	834.179
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO					
Pessoal					
Remuneração direta		8.610	4.575	420.412	392.205
Remuneração baseada em ações		11	-	83	5.302
Benefícios		436	956	26.164	23.456
FGTS		588	351	47.700	41.962
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(16.263)	3.115	68.506	99.295
Estaduais		-	-	704	697
Municipais		90	81	31.375	22.695
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	27	40.622	118.572	76.020	155.914
Aluguéis		350	54	74.686	71.808
Lucro líquido do exercício		85.152	20.845	85.152	20.845
Dividendos		20.223	4.951	20.223	4.951
Lucros líquido do exercício retido		64.929	15.894	64.929	15.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Aos acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 acompanhado das Demonstrações Financeiras deste exercício, em comparação com o exercício do ano de 2016. As demonstrações financeiras individuais são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Sobre a Ânima

Somos uma das maiores organizações educacionais privadas do País, tanto em termos de receita, como em número de estudantes matriculados, de acordo com a Hoper Educação.

Temos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas do setor, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz na capacidade de conciliar escala com a oferta de um ensino de alta qualidade. São 15 anos de atuação no ensino superior brasileiro.

Encerramos o ano de 2017 com uma base de 91,2 mil alunos matriculados em nossos cursos presenciais e a distância, nas modalidades de graduação, pós-graduação, ensino básico e técnico, em 30 unidades nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Goiás, sendo:

- O Centro Universitário Una, em Belo Horizonte, com seis unidades acadêmicas, além de nove unidades nas cidades de Betim, Contagem, Sete Lagoas, Pouso Alegre, Divinópolis, Bom Despacho, Nova Serrana e Uberlândia (esta com 2 unidades), todas no estado de Minas Gerais, além de uma faculdade na cidade de Catalão, em Goiás;
- Ainda em Belo Horizonte, o Centro Universitário UniBH, com três unidades pela cidade;
- Já no estado de São Paulo, a Universidade São Judas Tadeu, com duas unidades acadêmicas na Capital, e a Unimonte, centro universitário localizado em Santos, no litoral sul do Estado;

- Em Santa Catarina, o Centro Universitário UniSociesc, em Joinville, com 2 unidades acadêmicas, e mais cinco unidades nos municípios de Itajaí, São Bento do Sul, Florianópolis, Blumenau e Balneário Camboriú, além de um Centro Universitário em Curitiba, no Paraná.

Nosso portfólio inclui também a HSM, que acreditamos ser uma das mais renomadas instituições de educação corporativa no Brasil. Realizamos grandes eventos de gestão empresarial, com público que, em sua maioria, são altos executivos de grandes empresas. Fundada há mais 30 anos, também se destaca por oferecer soluções educacionais como Cursos In Company e a plataforma digital do HSM Experience.

Finalmente, temos a Escola Brasileira de Direito (EBRADI), uma nova marca da Ânima lançada no final de 2016 para oferecer ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão.

Mensagem da Administração

Em muitas culturas e em diferentes países, os 15 anos de idade simbolicamente remetem a um ritual de passagem e a um momento especial da jornada. É o tempo de celebração do que foi vivido até aquele instante, e também o momento para se projetar o futuro e os desafios que se apresentam de uma nova maneira. Em 2018, a Ânima completa 15 anos bem vividos. Temos um enorme orgulho da nossa trajetória e uma visão ainda mais otimista sobre o que vem pela frente, como poderá ser lido adiante neste relatório de resultados. Sentimo-nos em um tempo de passagem, vivendo importantes transformações em nossa empresa em prol de uma gestão cada vez mais eficiente e competente. Ao mesmo tempo, estamos olhando para o futuro, deixando claras nossas escolhas estratégicas e investindo fortemente na expansão e na diferenciação por qualidade.

Dessa forma, o ano de 2017 se confirmou como um importante ponto de inflexão. Após um período desafiador nos dois anos anteriores, começamos a coletar os resultados de uma série de iniciativas priorizadas para voltar a crescer de forma consistente e recompor nossas margens. Foi um ano também de foco na integração das unidades adquiridas em 2016 (UniSociesc, Una Bom Despacho e Una Uberlândia). Conseguimos esses avanços, mantendo nosso posicionamento, com resultados acadêmicos cada vez mais fortes. Estamos comemorando todas essas conquistas, mas conscientes de que ainda há muito espaço para melhorar.

Voltamos a crescer nossa base de alunos de graduação. A criação de nossa área comercial tem se mostrado uma de nossas conquistas mais importantes. Conseguimos retomar o crescimento de nossos vestibulares (+8% no primeiro e +31% no segundo

semestre de 2017), conciliando ações táticas com nosso posicionamento de qualidade e um crescimento saudável de nosso ticket médio líquido (+5% em 2017 *versus* 2016). Ao longo de todo o ano, também conseguimos manter nossos alunos engajados, com taxas de retenção melhorando ano contra ano, contrariando a tendência vista no setor de educação como um todo. Os esforços dos times acadêmicos e de relacionamento com alunos foram muito importantes para essas melhorias. Com tudo isso, voltamos a crescer nossa base orgânica de alunos de graduação, antecipando em nossos resultados uma melhora que esperávamos somente em 2018. Finalmente, continuamos progredindo na construção de marcas fortes em todas as nossas regionais. Os resultados acadêmicos do último ciclo de avaliação divulgados pelo MEC colocaram a Unimonte e o UniBH no patamar que a Una e a São Judas já haviam conquistado. As duas instituições romperam a barreira do IGC 4 e estão posicionadas, assim, entre as melhores IES do país, segundo os critérios de qualidade do MEC.

Recomposição de margens e geração de caixa. Conforme vimos ao longo dos últimos trimestres, já iniciamos o processo de recomposição de nossas margens. Estamos encerrando o ano com EBITDA ajustado de R\$173,9 milhões e uma margem de 16,7%, o que representa um avanço de +0,6pp *versus* 2016. Os principais vetores de melhoria continuam sendo os ganhos de produtividade docente e melhor ocupação de nossos campi, proporcionando um avanço de +2,5pp em nossa margem bruta. Importante destacar que esse processo não está descasado de nossa capacidade de gerar caixa. Encerramos o ano com uma geração de caixa livre de R\$116,3 milhões (+21% *versus* 2016). Com isso, vemos uma recuperação gradual de nosso ROIC já em 2017.

Conseguimos avançar também nas operações adquiridas em 2016, reduzindo o efeito de diluição de margens inicialmente causado pela consolidação dessas operações em nossos resultados. Apesar da melhora considerável, chegando a um resultado operacional de R\$26,8 milhões no conjunto dessas operações (*versus* R\$3,2 milhões em 2016) e a uma margem de 15,2% da Receita Líquida, ainda temos bastante espaço até chegar aos mesmos níveis de produtividade de nossas marcas mais maduras. Com isso, encerramos mais um ano com desempenho acima do plano de negócios dessas transações, mantendo nosso histórico de geração de valor a partir de movimentos de crescimento inorgânico.

Vale destacar ainda que nosso crescimento de margens só não foi mais robusto neste segundo semestre, pois aceleramos nosso processo de expansão orgânica. Estamos com 8 unidades abertas ao longo dos últimos 18 meses (que ainda estão em fase de amadurecimento), e outras 7 novas unidades que foram inauguradas em fevereiro de 2018 (com gastos pré-operacionais). Enquanto o primeiro grupo já começa a apresentar resultados positivos em 2017 (mas com margens operacionais ainda baixas em relação às unidades maduras), o segundo grupo ainda representou um investimento, concentrado neste último trimestre do ano. Excluindo esse efeito, veríamos um EBITDA ajustado de R\$177,3 milhões e uma margem EBITDA de 17,5% (+1,1pp *versus* 2016).

Enxergamos isso como um importante investimento, no qual ainda estamos em uma fase inicial, mas com grande potencial de geração de valor a médio prazo.

Um novo ciclo de expansão. Estamos otimistas com relação aos desafios que vemos pela frente. As mudanças organizacionais, visando a um melhor equilíbrio entre concepção e execução, têm se mostrado acertadas. Os primeiros resultados de engajamento de professores e alunos no nosso novo modelo acadêmico, o Ecosistema Ânima de Aprendizagem (E2A), são positivos. E conseguimos adaptar nosso plano de expansão orgânica (Q2A) para continuar avançando apesar das mudanças regulatórias que impactaram no curto prazo a oferta de cursos híbridos. Não vamos diminuir o ritmo para continuar materializando **nossa missão de Transformar o País pela Educação!**

Desempenho Operacional

Base de alunos

Apresentamos ao final de 2017 uma base de alunos no ensino superior de 91,2 mil alunos, o que representa, já consolidando as aquisições realizadas em 2016, um crescimento de 0,4% comparado ao 4T16. A base é formada por 83,0 mil alunos de graduação, 4,6 mil alunos de pós-graduação, 0,9 mil alunos do Ensino Básico e Técnico, além de 2,8 mil alunos de EAD.

Financiamento Estudantil

Desde o início de 2015, quando as condições do FIES mudaram de forma drástica para o setor educacional como um todo, o Fies vem se tornando cada vez menos relevante para nós. Encerramos o ano com 22,9 mil alunos com FIES (27,6% da base) comparado aos 28,1 mil alunos do 2S16 (34,6% da base).

Com a queda do financiamento público, reforçamos nossa estratégia para fomentar e desenvolver soluções privadas de financiamento estudantil. Além dos produtos tradicionais do PraValer, nos quais o risco de crédito sobre os recebíveis são 100% transferidos para a Ideal Invest, temos também uma modalidade em que o aluno passa por todo o processo de *credit score* do PraValer tradicional, mas nós aprovamos discricionariamente alguns alunos incrementais, mantendo, portanto, o risco de crédito em nosso balanço. A soma destes produtos de financiamento privado totalizou 6,4 mil alunos, 7,7% da base de graduação (sendo somente 1,2 mil alunos utilizando o nosso balanço), comparado aos 5,5 mil alunos (6,8% da base) no 2S16.

Qualidade Acadêmica

No final de 2017, o MEC divulgou o resultado das avaliações das instituições de ensino no Brasil referentes ao ano de 2016. Os resultados obtidos nas notas do Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC) referentes ao ano de 2016 confirmam o posicionamento de qualidade diferenciada da Ânima, majoritariamente com cursos e instituições com nota 4 (escala de 1 a 5).

A publicação dos resultados de 2016 reforça a efetividade do nosso modelo acadêmico, e nosso compromisso em manter o foco na melhoria contínua da qualidade do ensino oferecido aos nossos alunos.

Na Ânima, 50% dos cursos foram avaliados com nota 4 e 5 no Enade 2016, em comparação a 10% nas demais empresas listadas. Sendo assim, consistentemente, a Ânima lidera os mais elevados padrões de qualidade no ensino superior brasileiro, inclusive em relação às instituições públicas do país.

O posicionamento diferenciado de qualidade da Ânima fica evidente se observada a distribuição dos cursos nas três faixas em comparação com as demais IES no Brasil. Enquanto 81% dos CPC's dos nossos cursos estão nas faixas 4 e 5, nas IES de Companhias Listadas este número é de apenas 18%. Neste ciclo apresentamos também um percentual bem acima das instituições públicas.

O destaque nesse último ciclo de avaliação se dá por conta da melhoria dos IGCs do UniBH e da Unimonte, cujas evoluções dos índices contínuos possibilitaram atingir, em ambos os casos, a faixa 4. Esse novo cenário nos permite dizer – e comemorar! – que todas as nossas instituições da base orgânica no período de medição estão na faixa 4. Cabe destacar que, atualmente, do total de instituições do Brasil (públicas e privadas), apenas 17% se encontram nessa faixa. A Universidade São Judas Tadeu (USJT), que, no ciclo de avaliação anterior, já havia atingido IGC contínuo e obtido nota 4, apresentou indicador contínuo ainda maior, situando-se entre as 7 melhores universidades privadas do Brasil e a 3ª do estado de São Paulo. No mercado de Minas Gerais, enquanto a Una se mantém com IGC 4 e, com isso, permanece no topo do ranking entre universidades e centros universitários privados do estado, o UniBH, agora também com IGC 4, desponta como segunda melhor entre universidades e centros universitários privados de Belo Horizonte.

Com base no novo marco regulatório, nossos resultados acadêmicos adquirem uma importância ainda maior, já que permitem que nosso processo de expansão orgânica tenha continuidade em virtude dos pré-requisitos definidos pelo MEC. Ou seja, dentro de nosso número total de IES, 13 das nossas 19 mantidas têm CI acima de 4, além de um portfólio robusto de cursos com CC acima de 4. Dessa forma podemos nos beneficiar do novo processo de pré-credenciamento para novas faculdades, campi ou cursos presenciais. Essa mudança regulatória está nos permitindo

continuar nosso projeto de expansão orgânica (Q2A) apesar das restrições recentemente impostas para a oferta de cursos híbridos.

Desempenho Financeiro

Receita Líquida

Encerramos 2017 com uma Receita Líquida de R\$1.045,6 milhões (+R\$85,2 milhões e +8,9% vs. 2016). Olhando especificamente para nosso ticket médio líquido, excluindo os efeitos das aquisições realizadas em 2016, fechamos o ano com uma média de R\$906/mês, influenciados pelo aumento médio de mensalidades (+9,0%), ganhos no mix de cursos (+2,6%), parcialmente neutralizados por um aumento de bolsas, descontos e impostos (-7,2%). Incluindo as aquisições, nosso ticket médio do ano foi de R\$860/mês.

Total de Custos e Lucro Bruto

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$646,5 milhões em 2017 e apresentaram um crescimento de 5,7% em relação a 2016. Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$399,1 milhões com uma Margem Bruta de 38,2%, o que representa uma melhora de 1,8pp versus o mesmo período do ano anterior. Esta evolução está principalmente relacionada aos ganhos de produtividade docente e de apoio acadêmico (custos com pessoal). Conseguimos ainda neutralizar nas outras linhas de custos os efeitos negativos associados ao aumento dos descontos, bolsas e impostos.

Despesas Operacionais

Despesas Comerciais

As Despesas Comerciais totalizaram R\$84,2 milhões em 2017 (+11,7% vs. 2016) e representaram 8,0% da Receita Líquida (-0,2pp vs. 2016). Vemos uma pequena melhora em nossas provisões para devedores duvidosos em relação à Receita Líquida (+0,3pp versus 2016), neutralizadas por um aumento nas despesas de marketing (-0,5pp), principalmente devido aos gastos referentes à abertura das novas unidades.

Despesas Gerais e Administrativas

As nossas Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$228,2 milhões em 2017 (+19,3% vs. 2016) e representaram 21,8% da Receita Líquida (-1,9pp vs. 2016). Essa

queda deve-se principalmente, por uma piora nas despesas de pessoal (-1,4pp), que está diretamente relacionada às áreas que elegemos como prioritárias. O investimento em uma área comercial e o reforço da área de serviços ao aluno já mostra resultados tanto em nossa captação quanto na retenção de alunos. Reforçamos também a área acadêmica corporativa com pessoal e serviços de tecnologia, além do núcleo de avaliação e indicadores.

EBITDA Ajustado (Não auditado)

Reportamos um EBITDA Ajustado no acumulado do ano de R\$173,9 milhões (+13,2% vs. 2016) com uma margem de 16,7% sobre a Receita Líquida, e uma melhora de +0,6pp comparado ao ano anterior. Excluindo os itens não recorrentes e o resultado de multa e juros s/ mensalidades, no valor de R\$25,2 e R\$11,1 milhões respectivamente, o EBITDA de 2017 totalizou R\$137,6 milhões. Os itens não recorrentes são compostos por R\$24,4 milhões de despesas de reestruturação, R\$3,0 milhões de ajuste do contas a receber FIES (efeito positivo em 2017), R\$1,2 milhão de provisão de para perda de estoque e R\$2,5 milhões referente aos programas de Refis ocorridos em 2017.

Resultado Financeiro

No acumulado do ano de 2017 apresentamos um Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$37,9 milhões ante um resultado negativo de R\$36,8 milhões em 2016. Essa variação pode ser explicada por uma menor receita de aplicações financeiras e uma menor correção monetária do saldo do contas a receber do Fies, além do aumento das despesas com subsídio de juros para nossos alunos participantes do programa de financiamento privado (PraValer).

Imposto de Renda e Contribuição Social

Continuamos nos beneficiando do Prouni, que nos garante isenção de imposto de renda e contribuição social para a maior parte de nosso negócio.

Em 2017, foram utilizados créditos de IR/CSLL diferidos no valor de R\$36,8 milhões, sendo R\$36,4 de natureza não recorrente, dos quais R\$17,3 milhões para a quitação de parcelamentos tributários decorrentes dos programas de regularização fiscal de 2017 (PRT – MP 766/2017 e PERT – MP 783/2017), e R\$13,8 milhões referentes à constituição de IR/CSLL diferidos ativos para contrapor provisões passivas de IR/CSLL previamente constituídos. Além disso, registramos uma baixa de provisão de IR/CSLL diferidos passivos de R\$5,3 milhões referente ao processo de reorganização societária de nossas subsidiárias realizado em novembro de 2017.

Resultado Líquido

Encerramos 2017 com um Resultado Líquido de R\$85,1 milhões, ou uma margem de 8,1% sobre a Receita Líquida (+6,0pp vs. 2016).

Endividamento Líquido

Chegamos ao fim de 2017 com um total de disponibilidades de caixa e aplicação financeira de R\$115,9 milhões, uma redução de R\$31,0 milhões em relação a setembro de 2017. Em relação ao saldo de empréstimos e financiamentos, reduzimos em R\$12,1 milhões desde o fim do 3T17, principalmente pela amortização de empréstimos bancários.

As outras obrigações de curto e longo prazo, representadas principalmente pelos títulos a pagar relacionados às aquisições, totalizaram R\$ 75,4 milhões. Com isso, encerramos o ano com uma dívida líquida de R\$242,9 milhões, o que representa uma alavancagem de 1,4x (dívida líquida ÷ EBITDA ajustado dos últimos 12 meses).

Contas a receber e PMR

Encerramos 2017 com um saldo de Contas a Receber Líquido de R\$247,0 milhões. Para fins gerenciais e cálculos do PMR, estamos ajustando o saldo a receber em R\$1,2 milhões, composto pelo ajuste de R\$7,8 milhões contabilizado no 4T15 menos as baixas de R\$6,6 milhões registradas desde então.

Desta forma, nosso Contas a Receber Ajustado totalizou R\$248,3 milhões em 2017, apresentando uma queda de R\$41,5 milhões se comparado a 2016.

Dessa forma, encerramos o ano com um PMR (prazo médio de recebimento) de 86 dias, 21 dias a menos comparado com o mesmo período do ano anterior. Segmentando a análise dos recebíveis e prazos médios, reportamos um PMR de 149 dias para os recebíveis de FIES, ou 59 dias abaixo de 2016. Para o segmento de alunos Não FIES, nosso PMR ficou em 57 dias em 2017, +5 dias quando comparados ao mesmo período do ano anterior. Finalmente, na linha de outros negócios encerramos o ano com um PMR de 96 dias.

Investimentos (Capex)

Em 2017, nossos investimentos totalizaram R\$73,1 milhões, ou 7,0% sobre a Receita Líquida, e um aumento de 1,6pp comparado aos 5,4% reportados em 2016. Este valor inclui os investimentos em manutenção e expansão de nossas unidades acadêmicas (sendo aproximadamente R\$15 milhões para as novas unidades), novos laboratórios

acadêmicos e o desenvolvimento de nossa plataforma de sistemas e tecnologia aplicada à educação.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social diminuído da reserva legal, que em 2017 representou um valor de R\$5,0 milhões referente ao exercício de 2016.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2017: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Os honorários relativos a esses trabalhos foram de R\$548 mil.

Declaração da Diretoria Executiva

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e os Diretores da companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GAEC Educação S.A. ("GAEC" ou "Sociedade"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo ("BMF&BOVESPA S.A."), sob o código ANIM3 que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino em nível fundamental, médio, superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, edição e impressão de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de inovação tecnológica, testes e análises técnicas, incluindo laboratório de calibração e ensaios elétricos, de metrologia, de materiais, de fundição e ferramentaria.

Através da AGE de 22 de fevereiro de 2018, foi aprovada a alteração do nome empresarial da Sociedade para ÂNIMA HOLDING S/A.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.

A controlada Minas Gerais Educação ("MGE"), através da AGE de 31 de agosto de 2017, teve sua denominação social alterada para Brasil Educação S/A.

Reestruturação Societária

Incorporação

Universidade São Judas Tadeu - Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Brasil Educação S.A., realizada em 1 de novembro de 2017, foi aprovada a incorporação da AMC Serviços Educacionais Ltda ("USJT") pela sua controladora Brasil Educação S.A. ("BRASIL"), com o objetivo de simplificar a estrutura societária. A USJT era uma entidade controlada integralmente pela Brasil, portanto inexistiu substituição de participação societária. Desta forma, não houve emissão de novas ações e nem alteração do capital social. O acervo líquido incorporado foi de R\$ 96.303.

Politécnico Participações - Em reunião realizada em 1 de dezembro de 2017, os sócios do Instituto Politécnico de Ensino Ltda, aprovaram a incorporação reversa da Politécnico Participações Ltda. A operação implicou na substituição de 99,90% das quotas do capital social do Instituto Politécnico de Ensino Ltda detidas pelo Politécnico Participações Ltda, por participação direta da Posse Gestão Patrimonial S.A. em 99,90% das quotas do capital social do Instituto Politécnico de Ensino Ltda.

As quotas do Instituto Politécnico de Ensino Ltda, de titularidade da Politécnico Participações Ltda, foram canceladas e substituídas pelas quotas de titularidade da Posse Gestão Patrimonial S.A., que assim passará a ser titular de 100% das quotas do capital social Instituto Politécnico de Ensino Ltda. O único ativo do Politécnico Participações Ltda era a participação no Instituto Politécnico de Ensino Ltda, dessa forma, o valor do patrimônio era de R\$ 0,00.

Cisão total seguida de incorporação

BR Educação - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de novembro de 2017, com objetivo de simplificar a estrutura societária, foi aprovada a cisão total da BR Educação Executiva S.A. com a versão das parcelas cindidas de seu patrimônio para as sociedades HSM do Brasil S.A, e PGP Educação S.A.

O patrimônio líquido da BR Educação foi avaliado em 31 de outubro de 2017, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 44.446 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil), conforme laudo de avaliação contábil. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Ativo circulante	5
Ativos não circulantes	44.441
Patrimônio líquido	44.446
Acervo líquido incorporado na HSM Brasil	27.394
Acervo líquido incorporado na PGP Educação	17.052

As ações de emissão da HSM Brasil e PGP Educação de titularidade da BR Educação foram substituídas pelas ações por igual número para a Sociedade.

O acervo líquido da BR Educação incorporado pela PGP Educação no montante de R\$ 17.052 mil resultou no aumento de capital, com emissão de 42.631 ações adicionais, de forma que o capital ficou majorado em R\$ 12.313 e foi constituída uma reserva de capital no valor de R\$ 4.738.

As ações de emissão da HSM Brasil de titularidade da BR Educação foram substituídas por ações de igual número e valor para a Sociedade. Em razão da incorporação do acervo líquido da BR Educação pela HSM Brasil, houve aumento do capital social da HSM Brasil no montante equivalente ao acervo líquido da BR Educação incorporado pela HSM Brasil, equivalente a R\$ 27.394, com emissão de 68.487 ações adicionais de forma que o capital social ficou majorado em R\$ 2.739 e constituída uma reserva de capital no montante de R\$ 24.655.

Comparabilidade

A demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não inclui os resultados integrais das investidas Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico, as quais passaram a ser consolidadas a partir de 1º de fevereiro de 2016, 1º de julho de 2016, 1º de setembro de 2016 e 3 de outubro de 2016, respectivamente.

Portanto, a leitura das informações financeiras deve considerar esse aspecto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como controladora e consolidado, são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitadas, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Sociedade.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.3 Bases de consolidação em investimentos em controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade mantinha as seguintes controladas, diretas, indiretas e em conjunto:

Nome da controlada	Localização	Nº de Unidades	Participação %	
			31/12/2017	31/12/2016
<u>Controladas diretas</u>				
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	MG	17	100	100
Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH S.A. ("IMEC")	MG	5	100	100
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. ("Unimonte")	SP	1	100	100
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	SP	1	100	100
BR Educação Executiva S.A. ("BR Educação")	SP	1	-	100
Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PGP Gestão")	MG	1	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	SP	1	100	-
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	SP	1	100	-
Ânima Participações Ltda	SP	1	100	-
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("SOBEPE")	SP	1	100	-
<u>Controladas indiretas</u>				
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")	MG	1	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	SP	1	-	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	SP	1	-	100
AMC Serviços Educacionais Ltda. ("USJT")	SP	2	-	100
Sociedade Educacional de Santa Catarina ("Sociesc")	SC	8	100	100
GKT Treinamento, Consultoria e Editora Ltda ("ACAD")	SP	1	100	100
FACEB Educação Ltda ("FACEB")	MG	4	100	100
Politécnico Participações Ltda ("Politécnico")	MG	1	-	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda ("Politécnico")	MG	3	100	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária	MG	1	100	-
<u>Controlada em conjunto (joint venture)</u>				
Le Cordon Bleu Anima Ltda ("LCB") (*)	SP	1	50	50
<u>Coligada</u>				
Universidade Virtual Brasileira ("UVB")			10	10

(*) Uma controlada em conjunto é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. A Sociedade continua a usar o método de equivalência patrimonial quando um investimento em uma coligada se torna um investimento em uma controlada em conjunto ou um investimento em uma controlada em conjunto se torna um investimento em uma coligada.

2.4 Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, que é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais – R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras são descritas como segue:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.

3.2 Aplicações financeiras

São representadas pelos valores mantidos em fundos de investimento de renda fixa e CDBs com remuneração geralmente atrelada ao CDI os quais a Sociedade não pretende aplicar em sua atividade operacional. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.

3.3 Contas a receber

São representadas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base pro rata temporis, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e pelo ajuste a valor presente calculado com base no saldo de contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevante.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente: é registrado pelo regime de competência e calculada individualmente para a Sociedade e suas controladas conforme seu regime de tributação, e com base nas alíquotas e legislação vigente. As alíquotas são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As controladas BRASIL, IMEC, Unimonte, FACEB e Politécnico calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Impostos e contribuições diferidas: são reconhecidos sobre diferenças temporárias ao final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos e existentes nas demonstrações financeiras e base fiscais correspondentes.

- Diferidos ativos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, somente quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros e ou onde há reconhecimento de imposto diferido passivo.
- Diferidos passivos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos passivos sobre diferenças temporárias calculados sobre a reavaliação de imóveis e sobre a diferença entre o valor contábil e valor justo alocados em combinação de negócio.

3.5 Investimentos nas demonstrações financeiras individuais

Representados por investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores estão demonstrados na nota explicativa nº 11. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.

3.6 Imobilizado

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 12.

A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.7 Intangível

São demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 13. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes, licenças e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios - Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio, e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

3.8 Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.9 Créditos e débitos com partes relacionadas

Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de empréstimos de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 29.

3.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.

3.11 Capital social

É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido.

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

3.12 Custo de captação na emissão de títulos

Os custos de transação incorridos na captação de recursos obtidos com a emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzindo os eventuais efeitos fiscais.

3.13 Transações de capital

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Controladora são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.

3.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.15 Remuneração baseada em ações

A Sociedade e suas controladas instituem programas que incentivam seus colaboradores a adquirir ações da Sociedade. Caso os colaboradores mantenham as ações pelo período determinado no programa a Ânima concede 20% das ações, em bonificação pelas ações adquiridas e mantidos pelo colaborador. Este programa foi ofertado inicialmente em 2013 (já liquidado) e em 2016. Também são reconhecidos como remuneração baseada em ações, contratos pactuados com executivos sujeitos ao atingimento de metas financeiras, operacionais, etc. Vide nota explicativa nº 29.2

3.16 Lucro/prejuízo básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. As receitas relacionadas com a prestação de serviços somente são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente. Logo os adiantamentos de mensalidades recebidos são registrados no passivo e reconhecido como receita pelo período letivo do aluno.

As receitas obtidas com locação de imóveis somente são reconhecidas quando do uso do bem pelo cliente, conforme os contratos de locação. A receita de venda de produtos é reconhecida quando são transferidos os riscos e os benefícios relacionados à propriedade dos produtos. Os valores das receitas podem ser estimados com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Sociedade e suas controladas.

3.18 Receita e despesa financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, Cédula de Crédito Bancário - CCB, encargos sobre impostos parcelados, encargos de financiamentos concedidos a alunos e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Método de juros efetivos:

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.19 Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, estes valores forem superiores à soma da contrapartida transferida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC – 09 (R1), a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

3.20 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

3.21 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.22 Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e, (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do período.

3.23 Demonstração de valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.24 Instrumentos financeiros

São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Ativos financeiros não derivativos: Os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados no momento em que foram originados como empréstimos e recebíveis. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas, etc.) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

- Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas, são classificados no momento de seu reconhecimento inicial como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 30.1

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expirada.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e financiamentos - São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquido dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

- Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidas ao valor justo na data da contratação. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge. A Sociedade designou seus contratos de SWAP como hedge de valor justo, sendo as alterações no valor justo do empréstimo e do SWAP reconhecidos no resultado do exercício.
- Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade.

3.25 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- Redução ao valor recuperável ("*impairment*") na estimativa do ágio, das marcas e do licenciamento: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, marcas e licença, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como "*impairment test*". O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve perdas por deterioração do ágio, marcas e licença. Vide nota explicativa nº 13.
- Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Sociedade é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 21.
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa: É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de suas atividades, considerando os riscos envolvidos. A Sociedade constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso. Vide nota explicativa nº 7.

4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

4.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade e suas controladas aplicaram emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2017.

- I. IAS 7: As alterações requerem que a Sociedade divulgue as mudanças nos passivos resultantes das atividades de financiamento, demonstrando as variações que envolvam movimentos de caixa e não caixa. Os passivos da Sociedade que representam as atividades de financiamento são compostos por empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15.), débitos com partes relacionadas (nota explicativa nº 29.), ações em tesouraria (nota explicativa nº 22.) e dividendos pagos. A conciliação entre os saldos iniciais e finais desses itens está apresentada na nota explicativa nº 33. Em consonância com as disposições sobre transição contidas nas alterações, a Sociedade não divulgou informações comparativas referentes ao período anterior.
- II. IAS12: As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se haverá lucros tributáveis futuros suficientes para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade, uma vez que a Sociedade e suas controladas já fazem esta avaliação.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

A administração da Sociedade avaliou as novas normas e alterações às IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, e concluiu não haver impacto sobre as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. Para as novas normas que entrarão em vigor a partir de 2019, os possíveis impactos encontram-se em processo de avaliação.

IFRS 9(*)	Instrumentos Financeiros
IFRS 15(*)	Receitas de Contratos com clientes
IFRS 16	Arrendamentos
Alterações a IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações a IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint Venture</i>
Alteração a IAS 40	Transferências de Propriedade para Investimento
Alterações as IFRSs	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014-2016

(*) A Administração da Sociedade avaliou as normas (IFRS 9 e IFRS 15) e não identificou efeitos que possa impactar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

5.1 Aquisição da Sociedade Educacional de Santa Catarina (Sociesc)

5.1.1 Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "PGP Educação" desembolsará R\$52.500 a ser liquidado em 180 parcelas mensais iguais e sucessivas, corrigidas anualmente pelo INPC a partir da data de fechamento do negócio (1º de fevereiro de 2016), com vencimento no 10º dia de cada mês. O valor presente desta operação na data de sua realização foi de R\$ 28.727 calculado aplicando uma taxa de desconto de 17,5% a.a.

5.1.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores revisaram no primeiro trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo, e conseqüentemente o valor do ágio decorrente da transação, os quais foram ajustados em relação aos valores de alocação inicial que haviam sido contabilizados no segundo trimestre de 2016.

	<u>Valor de livros</u>	<u>Ajustes de aquisição</u>	<u>Ajustes ao ágio (i)</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	5.542	-	-	5.542
Outros ativos circulantes	17.183	-	(1.525)	15.658
Outros ativos não circulantes	12.450	-	-	12.450
Imobilizado	<u>35.184</u>	<u>26.628</u>	-	<u>61.812</u>
Intangível	<u>1.890</u>	<u>31.558</u>	-	<u>33.448</u>
<u>Passivos</u>				
Outros passivos circulantes	31.117	-	-	31.117
Outros passivos não circulantes	21.603	-	-	21.603
IR/CS diferido passivo	-	<u>39.370</u>	-	<u>39.370</u>
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	106.897	(57.607)	3.907	53.197
Ativos líquidos adquiridos	<u>(87.368)</u>	<u>76.423</u>	<u>(5.432)</u>	<u>(16.377)</u>

(i) Valores referentes a contingências trabalhistas e cíveis e as mensalidades canceladas do Pronatec, inicialmente não reconhecidas no balanço de abertura, e que foram reconhecidas no período findo em 30 de junho de 2016 como ajuste ao ágio.

5.1.3 Ágio gerado na aquisição

	<u>01/02/2016</u>
	<u>Valor adquirido</u>
Contrapartida a ser transferida na aquisição	28.727
(-) Valor justo de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	<u>16.377</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>45.104</u>

Foi gerado ágio na aquisição da Sociesc, resultado da contrapartida paga pelo negócio que efetivamente incluiu valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas, desenvolvimento futuro de mercados, atestado de capacidade técnica e mão-de-obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.1.4 Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	<u>01/02/2016</u>
Contrapartidas pagas em caixa	291
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(5.542)</u>
Desembolso líquido de caixa	<u>(5.251)</u>

A transação foi pactuada considerando uma dívida líquida de R\$ 30.000, a qual era efetivamente de R\$ 37.493 na data do fechamento da transação. A conseqüente diferença será reembolsada pelos vendedores, conforme estabelecido no contrato que regula a transação entre as partes.

5.2 Aquisição da FACEB Educação Ltda. (FACEB)

5.2.1 Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "PGP Gestão" desembolsará R\$42.245, ajustados pelo caixa líquido, dos quais o montante de R\$ 16.245 foi liquidado na data do fechamento da operação, ou seja, 1º de julho de 2016, e R\$26.000 serão liquidados em 10 parcelas anuais, corrigidas pela média simples dos índices de correção monetária IGPM, IPCA e INPC, com vencimento da primeira parcela em 12 (doze) meses após a data do fechamento. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 8.000 de *earn-out*, a serem pagos entre 2018 e 2023, conforme cumprimento de metas financeiras e operacionais. O valor presente desta operação é de R\$ 38.998 calculado aplicando a Selic como taxa de desconto.

5.2.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores finalizaram no segundo trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo, e conseqüentemente o valor do ágio decorrente da transação.

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Ajustes ao ágio (i)	Valor Justo
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.209	-	-	2.209
Outros ativos circulantes	3.855	-	(260)	3.595
Outros ativos não circulantes	265	-	-	265
Imobilizado	3.346	-	-	3.346
Intangível	7.680	5.926	-	13.606
<u>Passivos</u>				
Outros passivos circulantes	9.876	-	-	9.876
Outros passivos não circulantes	473	-	-	473
IR/CS diferido passivo	-	2.015	-	2.015
Ativos líquidos adquiridos	7.006	3.911	(260)	10.657

(i) Valores referentes a perda de mensalidades referentes a anos anteriores a data da compra, não reconhecidos no balanço de abertura, e que foram reconhecidos em outubro de 2016 como ajuste ao ágio.

5.2.3 Ágio gerado na aquisição

	01/07/2016 Valor adquirido
Contrapartida a ser transferida na aquisição	38.998
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	(10.657)
(+) Complemento contrapartida transferida pela aquisição	380
Ágio gerado na aquisição	28.721

Foi gerado ágio na aquisição da FACEB, resultado da contrapartida paga pelo negócio que inclui valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas e mão-de-obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.2.4 Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

01/07/2016

Contrapartidas pagas em caixa	16.245
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(2.209)</u>
Desembolso líquido de caixa	<u>14.036</u>

5.3 Aquisição da GKT Treinamento, consultoria e Editoria Ltda (ACAD)5.3.1 Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "HSM Brasil" desembolsou R\$30, e foi pactuada uma assunção de dívida líquida no valor de R\$2.970. Na data de fechamento da transação, ou seja, 1º de setembro de 2016, a dívida era de R\$ 3.150, a diferença foi reembolsada pelos vendedores na data de fechamento da transação, conforme estabelecido no contrato que regula a transação entre as partes. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 2.203 de *earn-out*, a serem pagos entre 2018 e 2021, conforme cumprimento de metas financeiras e operacionais. O valor presente desta operação é de R\$ 662 calculado aplicando uma taxa de desconto de 13,46% a.a.

5.3.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores finalizaram no terceiro trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo, e conseqüentemente o valor do ágio decorrente da transação.

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Ajustes ao ágio (i)	Valor Justo
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	579	-	-	579
Outros ativos circulantes	1.263	-	-	1.263
Imobilizado	386	-	-	386
Intangível	<u>105</u>	<u>1.081</u>	-	<u>1.186</u>
<u>Passivos</u>				
Outros passivos circulantes	4.087	-	27	4.114
Outros passivos não circulantes	554	-	-	554
IR/CS diferido passivo	-	368	-	368
Ativos líquidos adquiridos	<u>(2.308)</u>	<u>713</u>	<u>(27)</u>	<u>(1.622)</u>

(i) Valor referente a devolução de seguro sobre empréstimo quitado antecipadamente, não reconhecido no balanço de abertura, e que foram reconhecidos em outubro de 2016 como ajuste ao ágio.

5.3.3 Ágio gerado na aquisição

01/09/2016

Valor adquirido

Contrapartida a ser transferida na aquisição	662
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	<u>1.622</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>2.284</u>

Foi gerado ágio na aquisição da ACAD, resultado da contrapartida paga pelo negócio que inclui valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas e mão-de-obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.3.4 Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

01/09/2016

Contrapartidas recebidas em caixa	(150)
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(579)
Desembolso líquido de caixa	<u>(729)</u>

5.4 Aquisição do Politécnico Participações Ltda e Instituto Politécnico de Ensino Ltda.5.4.1 Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "PGP Posse" desembolsará R\$19.132, ajustados pelo caixa líquido na data do fechamento da operação, ou seja, 3 de outubro de 2016, a ser liquidado em 73 parcelas mensais, corrigidas à 12% a.a. mais correção da TR. O valor presente desta operação é de R\$19.132, pois a operação incorre em juros de mercado.

5.4.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores revisaram no quarto trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo e conseqüentemente o valor do ágio decorrente da transação, os quais foram ajustados em relação aos valores de alocação final que haviam sido contabilizados no terceiro trimestre de 2017.

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor Justo
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	37	-	37
Outros ativos circulantes	2.525	-	2.525
Outros ativos não circulantes	77	-	77
Imobilizado	4.854	-	4.854
Intangível	82	2.436	2.518
<u>Passivos</u>			
Outros passivos circulantes	4.758	-	4.758
Outros passivos não circulantes	2.160	-	2.160
IR/CS diferido passivo	-	828	828
Ativos líquidos adquiridos	<u>657</u>	<u>1.608</u>	<u>2.265</u>

5.4.3 Ágio gerado na aquisição

03/10/2016

Valor
adquirido

Contrapartida a ser transferida na aquisição	19.132
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	(2.265)
Ágio gerado na aquisição	<u>16.867</u>

Foi gerado ágio na aquisição do Politécnico, resultado da contrapartida paga pelo negócio que inclui valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas e mão-de-obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.4.4 Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

03/10/2016

Contrapartidas pagas em caixa	-
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(37)
Desembolso (aumento) líquido de caixa	<u>(37)</u>

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	68	200	5.488	7.303
Aplicações financeiras - Operações	<u>2.924</u>	<u>8.463</u>	<u>28.430</u>	<u>32.265</u>
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>2.992</u>	<u>8.663</u>	<u>33.918</u>	<u>39.568</u>
Aplicações financeiras - Investimento	-	<u>7.003</u>	<u>81.994</u>	<u>141.931</u>
Total das aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>7.003</u>	<u>81.994</u>	<u>141.931</u>

As aplicações financeiras são classificadas na categoria de instrumentos financeiros como empréstimos e recebíveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais possuem rentabilidade entre 81,01% a 104,00% do CDI, variando conforme o prazo de permanência dos recursos em conta, todos de liquidez imediata e por fundos de investimentos exclusivos para empresas da GAEC, cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 101,24% e 103,61% do CDI.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
FIES - Financiamento estudantil (a)	144.997	207.819
Contas a receber mensalidades (b)	179.748	172.502
Financiamentos (Ampliar e Pravalor) (c)	12.879	1.962
Eventos	9.017	2.995
Aluguéis, serviços e outros	<u>13.276</u>	<u>12.898</u>
Total	<u>359.917</u>	<u>398.176</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Demais contas a receber (d)	(92.324)	(96.450)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - FIES (e)	<u>(20.563)</u>	<u>(16.123)</u>
Total	<u>(112.887)</u>	<u>(112.573)</u>
Total geral contas a receber	<u>247.030</u>	<u>285.603</u>
Ativo circulante	246.893	195.710
Ativo não circulante	137	89.893

A Sociedade e suas controladas adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

- (a) Referem-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas do ajuste a valor presente e comissões (FGEDUC e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo ainda estes créditos serem recomprados pelo Fundo. Em dezembro de 2015 a Sociedade, por meio da ABRAES (Associação Brasileira para o desenvolvimento da Educação Superior), firmou acordo judicial onde MEC (Ministério da Educação) e FNDE assumiram o compromisso de repassar integralmente o saldo remanescente devido em três parcelas corrigidas monetariamente por índice de inflação: 25% do saldo até 30 de junho de 2016, 25% do saldo até 30 de junho de 2017 e 50% do saldo até 30 de junho de 2018. As parcelas recebidas compreendem o montante de R\$ 92.657. O ajuste a valor presente foi calculado sobre o saldo de contas a receber que compõe o acordo celebrado, cujos valores a vencer foram trazidos a valor presente à taxa de 3,2% a.a. (livre de risco), e está sendo revertido de forma proporcional aos saldos e datas de repasse acordados.
- (b) Referem-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.

- (c) Referem-se a mensalidades financiadas através dos programas Ampliar (operado diretamente pela Sociedade) e Pravalor (operado pela empresa Ideal Invest), líquidos do ajuste a valor presente, onde o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento podem variar entre 0 e 5% a.a. conforme a modalidade do programa escolhida pelo aluno, mais correção pela inflação. O ajuste a valor presente é calculado sobre o saldo de contas a receber trazido a valor presente pela taxa de 10,31% a.a. (média da remuneração das aplicações financeiras).
- (d) A Sociedade e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro em um cenário conservador. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A administração da Sociedade avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.
- (e) As controladas da Sociedade constituem provisões para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES, de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. Para contratos não cobertos pelo FGEDUC e os 10% dos contratos cobertos pelo FGEDUC, é constituída uma provisão de 6% sobre o valor financiado, na qual é estimada uma inadimplência de 40% em relação aos 15% que a Sociedade está exposta ao risco de crédito. Os saldos relativos ao FGEDUC, são deduzidos diretamente da receita e do contas a receber (R\$ 16.414 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 20.151 em 31 de dezembro de 2016).

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme segue no quadro abaixo, onde também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras por faixa de vencimento utilizados na política da Sociedade:

	Consolidado				
	31/12/2017				
	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% Perda por faixa de atraso	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	144.997	-	0,00%	144.997	58,70%
Perda de crédito FIES	-	(20.563)	-	(20.563)	(8,32%)
Cartão de crédito	8.111	-	-	8.111	3,28%
A vencer	54.012	(8.837)	16,36%	45.175	18,29%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	50.773	(12.199)	24,03%	38.574	15,62%
De 91 a 180 dias	27.403	(11.867)	43,31%	15.536	6,29%
De 181 a 360 dias	29.788	(18.991)	63,75%	10.797	4,37%
De 361 a 720 dias	44.833	(40.430)	90,18%	4.403	1,78%
Total	<u>359.917</u>	<u>(112.887)</u>	<u>31,36%</u>	<u>247.030</u>	<u>100%</u>

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

	Consolidado				
	31/12/2016				
	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% Perda por faixa de atraso	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	207.819	-	-	207.819	72,76%
Perda de crédito FIES	-	(16.123)	-	(16.123)	(5,65%)
Cartão de crédito	3.463	-	-	3.463	1,21%
Pronatec	71	-	-	71	0,02%
A vencer	32.193	(3.949)	12,27%	28.244	9,89%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	41.854	(8.344)	19,94%	33.510	11,73%
De 91 a 180 dias	22.171	(7.977)	35,98%	14.194	4,97%
De 181 a 360 dias	30.027	(19.813)	65,98%	10.214	3,59%
De 361 a 720 dias	60.578	(56.367)	93,05%	4.211	1,48%
Total	<u>398.176</u>	<u>(112.573)</u>	<u>28,27%</u>	<u>285.603</u>	<u>100%</u>

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	112.573	79.398
Provisão para crédito de liquidação duvidosa do exercício	46.169	45.554
Combinação de negócio Sociesc, FACEB e ACAD	-	11.914
Títulos baixados no exercício (i)	<u>(45.855)</u>	<u>(24.293)</u>
Saldo final	<u>112.887</u>	<u>112.573</u>

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

8. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aluguel (a)	-	-	18.240	21.448
Fornecedores	834	1.003	6.275	7.755
Funcionários	533	529	16.117	15.495
Pagamento antecipado aquisição	-	-	1.076	4.576
Outros	-	-	387	530
Total	<u>1.367</u>	<u>1.532</u>	<u>42.095</u>	<u>49.804</u>
Ativo circulante	1.367	1.532	30.497	37.355
Ativo não circulante	-	-	11.599	12.449

(a) Refere-se a adiantamento de aluguel das unidades da IMEC, Sociesc e Politécnico.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF (a)	3.238	4.710	10.653	10.672
PIS/COFINS/CSLL	105	194	3.382	2.672
Antecipação de IRPJ (b)	-	-	2.071	2.125
Antecipação de CSLL (b)	-	-	425	374
Outros (c)	7.291	5	8.618	1.312
Total	<u>10.634</u>	<u>4.909</u>	<u>25.149</u>	<u>17.155</u>
Ativo circulante	3.048	3.630	8.998	11.154
Ativo não circulante	7.586	1.279	16.150	6.001

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido sobre as aplicações financeiras.

(b) Referem-se principalmente a valores a compensar, relativos às antecipações de imposto de renda e contribuição social da controlada UNA, dos exercícios de 2000 e 2001, para o qual um pedido de restituição foi protocolado junto a RFB (Receita Federal do Brasil).

(c) Refere-se principalmente a crédito de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social dos anos de 2012 e 2014 constituídos por cancelamento de PERDCOMP para inclusão no PRT (Programa de Regularização Tributária - MP 766 - IN 1.687, vide nota explicativa nº19).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

10.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, a constituição destes ativos diferidos somente ocorre quando há segurança razoável da realização destes créditos. A controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$144.169 (R\$166.545 em 31 de dezembro de 2016) e no consolidado temos o montante de R\$248.306

(R\$274.827 em 31 de dezembro de 2016) não sujeitos a prazo prescricional, para os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos.

Em 2017 foi utilizado o montante de R\$15.064 e R\$ 2.272 para quitação de parcelamentos tributários (PRT - Programa de Regularização Tributária - MP 766 - IN 1.687) e PERT (Programa Especial de Regularização Tributária - Lei 13.496) respectivamente. Vide nota explicativa nº 19.

Além da utilização dos créditos tributários utilizados para quitação do PRT acima, em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade registrou imposto de renda diferido ativo nos montantes de R\$ 13.793, sendo R\$ 4.625 sobre diferenças temporárias e R\$ 9.168 sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, o qual foi limitado a 30% do imposto de renda diferido passivo registrado.

A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi como segue:

	Consolidado					Saldo final 31/12/2017
	Saldo inicial 31/12/2016	Constituição de crédito tributário	Compensação parcelamento PRT	Compensação Parcelamento PERT	Compensação imposto diferido passivo	
Imposto de renda	-	22.889	(11.076)	(1.671)	(8.977)	1.165
Contribuição social	-	8.240	(3.988)	(601)	(3.232)	419
Total	-	31.129	(15.064)	(2.272)	(12.209)	1.584

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:

- (i) Impostos e contribuições calculados sobre a reavaliação dos imóveis realizada em 2007 e da mais valia dos imóveis realizada em 2009. O saldo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 4.674 (R\$4.714 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Impostos e contribuições calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios na aquisição, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados. Em novembro de 2017, em conexão com a incorporação da BR Educação, a Sociedade registrou a baixa do crédito tributário diferido passivo no valor de R\$ 5.281, o qual foi registrado como crédito do resultado de 2017. O saldo do imposto de renda diferido passivo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 44.069 (R\$47.466 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Impostos e contribuições calculados sobre a parcela dos ágios amortizados para fins fiscais, a partir de 2017. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 1.907 (zero em 2016).
- (iv) Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do imposto de renda diferido passivo está apresentado líquido dos créditos tributários no montante de R\$ 12.209.

A movimentação dos saldos do imposto de renda diferido passivo em 31 de dezembro de 2017, foi como segue:

	Consolidado					Saldo final 31/12/2017
	Saldo inicial 31/12/2016	Movimentação				
	Combinação de negócio	Efeito de (amortização)/constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Baixa	Compensação imposto diferido ativo		
Imposto de renda	38.367	2.973	(214)	(3.883)	(8.977)	28.266
Contribuição social	13.813	1.069	(77)	(1.398)	(3.232)	10.175
Total	52.180	4.042	(291)	(5.281)	(12.209)	38.441

A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido passivo em 31 de dezembro de 2016, foi como segue:

	Consolidado			Saldo final 31/12/2016
	Saldo inicial 31/12/2015	Movimentação		
	Combinação de negócio	Efeito no resultado		
Imposto de renda	11.264	28.336	(1.233)	38.367
Contribuição social	4.056	10.201	(444)	13.813
Total	15.320	38.537	(1.677)	52.180

10.2 Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes de IR e CS	66.375	20.845	48.319	19.318
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	(22.568)	(7.087)	(16.428)	(6.568)
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	41.981	29.773	(137)	-
Incentivo fiscal - PROUNI	-	-	43.026	43.710
Créditos tributários não constituídos	(19.695)	(21.658)	(26.326)	(33.945)
Créditos tributários constituídos de exercícios anteriores	1.577	-	13.793	-
Crédito tributário utilizado para quitação de parcelamento (a)	17.193	-	17.336	-
Baixa de imposto diferido gerado em combinação de negócio por incorporação	-	-	5.281	-
Outras adições e exclusões	289	(1.028)	288	(1.670)
Imposto de renda e contribuição social calculado	18.777	-	36.833	1.527
IR e CS corrente no resultado do exercício	-	-	132	(150)
IR e CS diferido no resultado do exercício	18.777	-	36.701	1.677
Ativo (a)	18.777	-	31.261	-
Passivo	-	-	5.572	1.677

(a) A Sociedade e sua controlada Unimonte constituíram crédito tributário diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, que foram utilizados para quitação dos parcelamentos PRT e PERT, conforme descrito em nota explicativa nº 19.

11. INVESTIMENTOS

Os investimentos nas sociedades controladas e controlada em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

Controladas:

	Controladora			Controladora		
	31/12/2017			31/12/2016		
	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação
Ativo:						
IMEC	100.845	84.506	100%	97.683	79.806	100%
Brasil Educação	479.954	44.244	100%	484.739	61.108	100%
BR Educação	-	(17.680)	-	75.368	(42.895)	100%
Unimonte	43.305	(2.682)	100%	40.245	(8.403)	100%
PGP Gestão	39.260	(4.364)	100%	25.822	(2.052)	100%
VC Network	82	5	100%	77	7	100%
HSM Brasil	64.792	13.315	100%	-	-	-
PGP Educação	62.207	6.542	100%	-	-	-
Ânima Participações	842	(4)	100%	-	-	-
SOBEPE	(2)	-	100%	-	-	-
Valor justo alocado	29.919	(4)		52.301	(2)	
Ágio (goodwill)	35.026	-		35.026	-	
Total	<u>856.230</u>	<u>123.878</u>		<u>811.261</u>	<u>87.569</u>	

Controlada em conjunto:

	Controlada e Consolidado			Controlada e Consolidado		
	31/12/2017			31/12/2016		
	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação
Ativo:						
LCB	2.732	(404)	50%	-	-	-
Total	<u>2.732</u>	<u>(404)</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	
Total	<u>858.962</u>	<u>123.474</u>		<u>811.261</u>	<u>87.569</u>	

As informações de quantidade de ações/quotas estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações/cotas possuídas	
	31/12/2017	31/12/2016
Controladas diretas:		
IMEC	8.789.479	8.789.479
Brasil	4.586.219	4.532.699
VC Network	4.023.145	4.023.145
Unimonte	25.840.970	91.942.323
BR Educação	-	125.700.000
PGP Gestão	705.784	555.784
HSM Brasil	2.595.847	-
PGP Educação	431.891	-
Sobepe	1.100	1.100
Controladas indiretas:		
Una Gestão	32.564	32.564
HSM Brasil	-	2.489.860
PGP Educação	-	339.260
USJT	462.228	462.228
Sociesc	2	2
FACEB	30.000	30.000
ACAD	100.000	100.000
Politécnico Participações	10.000.000	10.000.000
Instituto Politécnico	14.883.417	1.098.417
Instituto Anima de Extensão Universitária	10.000	-
Anima Participações	848.347	-
Controlada em conjunto:		
LCB	3.135.800	3.135.800
Coligada:		
UVB - Universidade Virtual Brasileira	-	-

As demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto estão demonstradas a seguir:

	31/12/2017										Controlada em conjunto
	Controladas diretas										
	IMEC	Brasil	VC Network	Unimonte	PGP Gestão	BR Educação	(*) HSM Brasil	PGP Educação	Anima Participações	SOBEPE	
Balço patrimonial											
Ativo circulante	108.640	216.606	82	12.498	16.845	-	22.557	28.317	9	1	4.899
Ativo não circulante	79.195	379.967	-	47.722	74.381	-	83.824	191.589	840	-	999
Passivo circulante	66.435	96.373	-	9.292	19.201	-	14.062	37.129	7	3	435
Passivo não circulante	20.556	20.246	-	7.623	33.220	-	6.783	120.570	-	-	-
(-) Participação em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.731
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	<u>100.845</u>	<u>479.954</u>	<u>82</u>	<u>43.305</u>	<u>39.260</u>	<u>-</u>	<u>85.536</u>	<u>62.207</u>	<u>842</u>	<u>(2)</u>	<u>2.732</u>
Resultado											
Receita líquida	241.802	519.119	-	50.248	58.818	-	27.319	20.287	-	-	-
Custo de serviços prestados	(122.692)	(336.180)	-	(32.277)	(32.993)	-	(13.865)	(20.836)	-	-	(10)
Despesas operacionais	(42.549)	(143.391)	-	(18.686)	(26.230)	(17.680)	(5.311)	(3.301)	(3)	-	(1.198)
Resultado financeiro	7.945	5.821	5	(2.151)	(5.572)	-	(73)	(547)	(1)	-	400
IR/CS diferido/corrente	-	(1.125)	-	184	1.613	-	5.245	10.939	-	-	-
Participação em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	404
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>84.506</u>	<u>44.244</u>	<u>5</u>	<u>(2.682)</u>	<u>(4.364)</u>	<u>(17.680)</u>	<u>13.315</u>	<u>6.542</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(404)</u>

(*) O saldo do patrimônio líquido da HSM Brasil, contempla o ágio alocado no valor de R\$20.744, demonstrado abaixo no quadro de movimentação do investimento da controladora na coluna de valor justo alocado.

	Controladora												Total	
	IMEC	Brasil	VC Network	Unimonte	PGP Gestão	HSM Brasil	PGP Educação	BR Educação	Anima Partic.	SOBEPE	LCB	Valor justo alocado		Ágio
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	81.199	447.822	70	42.648	7	-	-	47.610	-	-	-	52.303	45.326	716.985
Aumento de capital	13.600	52.370	-	6.000	27.867	-	-	65.360	-	-	-	-	-	165.197
Resultado de equivalência patrimonial	79.806	61.108	7	(8.403)	(2.052)	-	-	(42.895)	-	-	-	(2)	-	87.569
Reserva de capital	-	9	-	-	-	-	-	5.293	-	-	-	-	-	5.302
Provisão para perda valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.300)	(10.300)
Distribuição de dividendos	(76.922)	(76.570)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(153.492)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	97.683	484.739	77	40.245	25.822	-	-	75.368	-	-	-	52.301	35.026	811.261
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	6	(2)	-	-	-	4
Aumento de capital	-	7.802	-	5.739	17.802	1.020	3.350	22.700	840	-	3.136	-	-	62.389
Resultado de equivalência patrimonial	84.506	44.244	5	(2.682)	(4.364)	13.315	6.542	(17.680)	(4)	-	(404)	(4)	-	123.474
Reserva de capital	2	62	-	3	-	2	(8)	12	-	-	-	-	-	73
Realocação de ágio e valor justo	-	-	-	-	-	-	-	22.378	-	-	-	(22.378)	-	-
Distribuição de dividendos	(80.306)	(56.893)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(137.199)
Juros sobre capital próprio	(1.040)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.040)
Transferência	-	-	-	-	-	50.455	52.323	(102.778)	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	<u>100.845</u>	<u>479.954</u>	<u>82</u>	<u>43.305</u>	<u>39.260</u>	<u>64.792</u>	<u>62.207</u>	<u>-</u>	<u>842</u>	<u>(2)</u>	<u>2.732</u>	<u>29.919</u>	<u>35.026</u>	<u>858.962</u>

12. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			31/12/2016 Imobilizado líquido
		31/12/2017		Imobilizado líquido	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada		
Computadores e periféricos	20%	3.531	(2.204)	1.327	2.150
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	4.285	(614)	3.671	1.844
Móveis e utensílios	10%	1.512	(384)	1.128	683
Máquinas e equipamentos	10%	624	(164)	460	261
Outros	10% e 20%	504	(386)	118	161
Imobilizado em andamento	-	67	-	67	149
Total		10.523	(3.752)	6.771	5.248

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado			31/12/2016 Imobilizado líquido
		31/12/2017		Imobilizado líquido	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	109.530	(35.903)	73.627	63.363
Edificações	1,43% a 4%	48.734	(6.079)	42.655	46.738
Terrenos	-	28.396	-	28.396	28.396
Máquinas e equipamentos	10%	74.024	(50.051)	23.973	22.136
Biblioteca e videoteca	10%	42.772	(22.522)	20.250	19.443
Móveis e utensílios	10%	49.153	(31.476)	17.677	15.401
Computadores e periféricos	20%	52.151	(39.581)	12.570	12.887
Outros	10% e 20%	35.284	(18.530)	16.754	10.976
Imobilizado em andamento	-	10.217	-	10.217	4.190
Total		450.261	(204.142)	246.119	223.530

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora					Saldo líquido em 31/12/2017
	Saldo líquido em 31/12/2016	Adições	Depreciações	Baixa	Reclassificação	
Computadores e periféricos	2.150	731	(714)	(840)	-	1.327
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.844	-	(307)	-	2.134	3.671
Móveis e utensílios	683	568	(123)	-	-	1.128
Máquinas e equipamentos	261	249	(52)	-	2	460
Outros	161	39	(82)	-	-	118
Imobilizado em andamento	149	2.054	-	-	(2.136)	67
Total	5.248	3.641	(1.278)	(840)	-	6.771

	Controladora					Saldo líquido em 31/12/2016	
	Saldo líquido em 31/12/2015	Adições	Baixa	Depreciações	Transferência		Reclassificação
Computadores e periféricos	1.382	1.285	(37)	(584)	-	104	2.150
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.434	-	(57)	(155)	81	541	1.844
Móveis e utensílios	583	225	-	(80)	-	(45)	683
Máquinas e equipamentos	321	70	-	(32)	-	(98)	261
Outros	181	18	-	(77)	-	39	161
Imobilizado em andamento	-	2.428	(8)	-	(1.730)	(541)	149
Total	3.901	4.026	(102)	(928)	(1.649)	-	5.248

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2017
	Saldo líquido em 31/12/2016	Adições	Combinação de negócio (iii)	Baixas	Depreciações	Transferências	Reclassificação	
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	63.363	-	-	(6)	(9.210)	29	19.451	73.627
Edificações	46.738	-	(2.800)	-	(1.283)	-	-	42.655
Terrenos	28.396	-	-	-	-	-	-	28.396
Máquinas e equipamentos	22.136	5.830	-	(44)	(4.062)	70	43	23.973
Biblioteca e videoteca	19.443	3.665	-	(12)	(2.842)	2	(6)	20.250
Móveis e utensílios	15.401	5.065	-	(19)	(2.832)	62	-	17.677
Computadores e periféricos	12.887	4.959	-	(101)	(5.014)	(161)	-	12.570
Outros	10.976	8.486	-	-	(2.705)	(3)	-	16.754
Imobilizado em andamento (ii)	4.190	25.584	-	(32)	-	(37)	(19.488)	10.217
Total	223.530	53.589	(2.800)	(214)	(27.948)	(38)	-	246.119

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2016
	Saldo líquido em 31/12/2015	Adições	Combinação de negócio (iii)	Baixas	Depreciações	Transferências	Reclassificação	
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	55.451	225	6.791	(3.977)	(7.661)	(1.394)	13.928	63.363
Edificações	12.655	-	36.618	-	(1.386)	(366)	(783)	46.738
Terrenos	13.110	-	15.282	-	-	4	-	28.396
Máquinas e equipamentos	20.231	2.937	3.755	(70)	(3.902)	108	(923)	22.136
Biblioteca e videoteca	14.025	5.102	2.827	(39)	(2.452)	(10)	(10)	19.443
Móveis e utensílios	13.100	2.049	2.760	(23)	(2.605)	249	(129)	15.401
Computadores e periféricos	10.510	2.363	3.418	(65)	(4.782)	781	662	12.887
Outros	6.876	4.732	1.206	(179)	(2.152)	87	406	10.976
Imobilizado em andamento (ii)	-	20.989	541	(79)	-	(4.110)	(13.151)	4.190
Total	145.958	38.397	73.198	(4.432)	(24.940)	(4.651)	-	223.530

- (i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Sociedade com intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos.
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente aos desembolsos efetuados pelas controladas da Sociedade na construção e ampliação de suas unidades de ensino, que após a conclusão das obras são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.
- (iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes do ajuste da combinação de negócios proveniente das aquisições da Sociesc.

12.1. Ativos cedidos em garantia

A Sociedade e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais. Foram oneradas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$71.051 (R\$75.134 em 31 de dezembro de 2016) em tais processos.

13. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	Controladora		
		Custo de aquisição	31/12/2017 Amortização acumulada	31/12/2016 Intangível líquido
Softwares	20%	36.507	(15.591)	20.916
Total		36.507	(15.591)	20.916

	Taxas anuais de amortização	Consolidado			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Ágio (a)		318.616	-	318.616	330.844
Marcas e patentes (b)		143.116	-	143.116	143.116
Licença (c)		67.421	-	67.421	55.595
Carteira de clientes (d)	22% a 60%	39.772	(34.136)	5.636	10.450
Acordo de não competição	12%	2.098	(370)	1.728	-
Mailing list	38%	533	(533)	-	-
Total		<u>571.556</u>	<u>(35.039)</u>	<u>536.517</u>	<u>540.005</u>
Softwares	20%	62.529	(35.655)	26.874	22.770
Outros	10% a 33%	20.660	(11.995)	8.665	6.357
Total		<u>83.189</u>	<u>(47.650)</u>	<u>35.539</u>	<u>29.127</u>
Total do intangível		<u>654.745</u>	<u>(82.689)</u>	<u>572.056</u>	<u>569.132</u>

- (a) Refere-se ao ágio pago na aquisição do IMEC, HSM Brasil, PGP Educação, USJT, Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnic que não foram alocados em ativos identificados, conforme laudos de avaliação. Conforme critérios definidos pela Interpretação Técnica ICPC 09 (R2), o ágio registrado na controladora, deve ser reclassificado para o intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (b) Refere-se a valores pagos pela aquisição das marcas "UNA", "UNI-BH", "HSM", "USJT" e "SOCIESC", para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção (credenciamento concedido pelo Ministério da Educação, que credencia o funcionamento das instituições de ensino superior) através de suas investidas.
- (c) Refere-se a parte de licenças pago na aquisição da USJT, Sociesc, FACEB e Politécnic para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção através de suas investidas.
- (d) Refere-se à parte da carteira de clientes pago na aquisição das manutenções do IMEC, HSM, USJT, Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnic e na aquisição da manutenção da UNA Betim.

A movimentação da controladora é:

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2016	Adições	Baixa	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2017
	Softwares	16.132	11.673	(91)	(6.798)
Total	<u>16.132</u>	<u>11.673</u>	<u>(91)</u>	<u>(6.798)</u>	<u>20.916</u>

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2015	Adições	Amortização	Transferência	Saldo líquido em 31/12/2016
	Softwares	12.132	6.237	(3.886)	1.649
Total	<u>12.132</u>	<u>6.237</u>	<u>(3.886)</u>	<u>1.649</u>	<u>16.132</u>

A movimentação consolidada é:

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2017
	Saldo líquido em 31/12/2016	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Combinação de negócio (ii)	
Ágio	330.844	-	-	(7.263)	-	(4.965)	318.616
Marcas e patentes	143.116	-	-	-	-	-	143.116
Licença	55.595	-	-	7.263	-	4.563	67.421
Carteira de clientes	10.450	-	-	-	(10.048)	5.234	5.636
Acordo de não competição	-	-	-	-	(370)	2.098	1.728
Softwares	22.770	13.341	(148)	-	(9.089)	-	26.874
Outros	6.357	6.172	(63)	38	(3.839)	-	8.665
Total	569.132	19.513	(211)	38	(23.346)	6.930	572.056

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2016	
	Saldo líquido em 31/12/2015	Adições	Baixa	Transferência (i)	Reclassificação	Amortização	Perda ao valor recuperável de ativos		Combinação de negócio (ii)
Ágio	244.642	-	-	-	-	-	(19.000)	105.202	330.844
Marcas e patentes	121.956	-	-	-	-	-	-	21.160	143.116
Licença	54.600	-	-	-	-	-	-	995	55.595
Carteira de clientes	12.384	-	-	-	-	(8.887)	-	6.953	10.450
Softwares	16.109	8.409	(21)	2.473	(6)	(6.028)	-	1.834	22.770
Outros	2.913	4.818	(24)	251	6	(2.266)	-	659	6.357
Total	452.604	13.227	(45)	2.724	-	(17.181)	(19.000)	136.803	569.132

(i) Transferências realizadas da rubrica de imobilizado em andamento para melhor apresentação dos saldos.

(ii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes do ajuste da combinação de negócios proveniente da aquisição da Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico.

13.1 Intangíveis identificados em aquisições

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	IMEC	USTJ	HSM	SOCIESC	FACEB	ACAD	Politécnico	OUTRAS	TOTAL
Intangíveis amortizáveis:									
Carteira de clientes	-	2.450	-	-	1.918	884	384	-	5.636
Acordo de não competição	-	-	-	-	1.728	-	-	-	1.728
Mailing List	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	2.450	-	-	3.646	884	384	-	7.364
Intangíveis não amortizáveis:									
Marcas e patentes	24.380	34.900	59.872	21.160	-	-	-	2.804	143.116
Licença	-	54.600	-	3.787	7.255	-	1.779	-	67.421
Ágio	29.825	174.445	21.370	45.104	28.721	2.283	16.867	1	318.616
Total	54.205	263.945	81.242	70.051	35.976	2.283	18.646	2.805	529.153
Total Geral	54.205	266.395	81.242	70.051	39.622	3.167	19.030	2.805	536.517

13.2 Alocação de intangíveis não amortizáveis às Unidades Geradoras de Caixa

O ágio, licenças, marcas e patentes foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), identificadas de acordo com o segmento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Educação	445.628	444.690
Outros negócios	83.525	84.865
Total	529.153	529.555

Em 31 de dezembro de 2017, *ágio*, marcas e licença foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("impairment"):

- (i) Para a UGC de Educação, estimamos o valor recuperável com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração que está amparado pelo histórico financeiro da companhia, além da taxa de desconto de 14% ao ano, que foi embasada em premissas bibliográficas e ponderadas com premissas de mercado. O cálculo considera 5 anos de projeção de fluxo específico, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento de 4,5% ao ano. A inflação considerada foi de 4% ao ano. A Administração acredita que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso desta UGC foram:

- Crescimento da receita para os exercícios de 2018 a 2022 de 8,4% ao ano com base em nosso plano de negócio que considera: a) Campus Maduros, nos quais já temos cursos mais consolidados e por consequente uma limitação de espaço e perspectivas de crescimento conservadoras; b) Campus em amadurecimento, que já passaram por investimentos iniciais e estão em fase de expansão; c) Campus recém-criados em que se estima conforme *Business Plan* e perspectivas de mercado estimativas de crescimento mais arrojadas.
- Crescimento dos gastos a uma taxa de 6,5% ao ano considerando ganhos de escala que serão obtidos com a maturação conforme cenários supracitados de acordo com a estrutura de cada unidade. Com isso a margem bruta sairá de 42,9% em 2017 para 50,7% em 2022 e a margem operacional sairá de 29,2% em 2017 para 36,3% em 2022, o que a Administração considera alcançável.

- (ii) Para a UGC de Outros Negócios, o valor recuperável foi determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto de 14,7% ao ano, baseado nos cálculos realizados tendo em consideração as premissas bibliográficas. As projeções explícitas foram elaboradas para o período de nove anos, compreendido entre 2018 e 2026. O valor residual após o sétimo ano foi calculado considerando o conceito de perpetuidade (modelo de Gordon) e a taxa de crescimento na perpetuidade foi ajustada de acordo com expectativa de longo prazo para o crescimento da economia e do negócio. Essa taxa foi estimada em 5,3% que representa a inflação de longo prazo do IPCA e metade do crescimento real estimado para o PIB.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso desta UGC foram:

- Crescimento da receita para os exercícios de 2018 a 2026 de 9,9% ao ano com base em nosso plano de negócio que considera: a) Crescimento moderado de nossa unidade de negócio relacionada a eventos, b) Expansão com ganhos de *market share* e consolidação da unidade de negócio de educação corporativa, passando a atender também um público de média gerência, antes atendido pela ACAD e c) Expansão e consolidação da unidade de negócio digital relacionado à curadoria de conteúdo, aproveitando os materiais desenvolvidos nos eventos, as reportagens da Revista HSM e de livros editados com o selo HSM.

- Crescimento dos gastos a uma taxa de 7,4% ao ano considerando ganhos de escala que serão obtidos com a maturação das atividades, os ganhos de escala pela absorção das atividades da ACAD. Com isso a margem bruta sairá de 49.7% em 2017 para 59,5% em 2026 e a margem operacional sairá de -10,2% em 2017 para 23,3% em 2026, o que a Administração considera alcançável dado os cenários e perspectivas de mercado.

A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2017.

14. FORNECEDORES

Composto substancialmente por alugueis, fornecedores de informática, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. O saldo em aberto na controladora e consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é, respectivamente, de R\$5.648 (R\$4.032 em 31 de dezembro de 2016) e R\$33.773 (R\$23.688 em 31 de dezembro de 2016).

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
HSBC	1.077	-	1.077	4.329	1.073	5.402
Santander	6.144	24.827	30.971	14.375	18.401	32.776
Caixa Geral	627	-	627	2.508	625	3.133
IFC	3.637	139.080	142.717	6.245	139.080	145.325
Outros empréstimos	417	9.061	9.478	344	3.987	4.331
Moeda estrangeira						
HSBC - Linha 4131	-	-	-	47.335	-	47.335
Itaú - Linha 4131	24.336	42.067	66.403	24.688	67.135	91.823
Total	<u>36.238</u>	<u>215.035</u>	<u>251.273</u>	<u>99.824</u>	<u>230.301</u>	<u>330.125</u>
	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil	5.478	5.455	10.933	6.090	10.909	16.999
HSBC	7.173	1.644	8.817	17.178	7.560	24.738
Santander	9.552	24.827	34.379	18.345	21.797	40.142
Caixa Geral	627	-	627	2.508	625	3.133
IFC	3.637	139.080	142.717	6.245	139.080	145.325
Outros empréstimos	1.709	10.233	11.942	1.737	6.400	8.137
Moeda estrangeira						
HSBC - Linha 4131	-	-	-	47.335	-	47.335
Itaú - Linha 4131	24.336	42.067	66.403	24.688	67.135	91.823
Total	<u>52.512</u>	<u>223.306</u>	<u>275.818</u>	<u>124.126</u>	<u>253.506</u>	<u>377.632</u>

As principais condições estabelecidas em contrato são como segue:

	Consolidado				
	Garantias	Taxa média de juros (anual)	Indexador	Data de início	Data de término
Capital de giro moeda nacional	25% a 100% dos recebíveis de alunos e aval cruzado com empresas do grupo	1,80% a 3,59%	CDI	28/10/2010	29/05/2023
Capital de giro moeda estrangeira	Notas promissórias e aval cruzado com empresas do grupo	2,78%	USD(*)	26/08/2015	26/08/2020
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT); aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.	1,49%	CDI	12/05/2016	15/03/2024
Outros empréstimos	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento / 30% dos recebíveis de alunos	7,00% a 20,02%	-	05/11/2014	15/01/2026
Outros empréstimos	100% dos bens adquiridos com o financiamento	12,00% a 15,90%	TR	28/10/2009	28/10/2019
Outros empréstimos	100% dos bens adquiridos com o financiamento	3,5% a 5,50%	TJLP	23/03/2011	15/12/2023

(*) A Sociedade gerencia seu risco de volatilidade cambial através de instrumentos de SWAP, conforme descrito na nota 30.1 item (c), onde há o detalhamento das taxas e indexadores dos empréstimos captados para capitais de giro em moeda estrangeira suavizados pela troca por CDI mais taxas fixas de 2,40% a.a..

Os empréstimos e financiamentos referem-se, basicamente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Sociedade e de suas controladas.

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") definidas contratualmente, em 31 de dezembro de 2017, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente (i)	> 1,2
Dívida financeira líquida/EBITDA (ii)	< 2,75
EBITDA/Despesa financeira líquida (iii)	> 1,3

(i) Liquidez corrente = Ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

(ii) Dívida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras.

(iii) EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

As análises supracitadas têm periodicidade trimestral e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas atenderam todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017		31/12/2017	
	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal
2019	57.508	77.572	65.589	98.216
2020	48.998	66.683	49.056	77.512
2021	32.172	43.913	32.216	52.518
Após 2021	76.357	94.117	76.445	137.704
Total	215.035	282.285	223.306	365.950

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016		31/12/2016	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2018	29.860	66.278	45.222	86.022
2019	53.690	86.035	61.342	94.183
2020	47.491	72.103	47.550	71.445
Após 2020	99.260	142.848	99.392	139.996
Total	230.301	367.264	253.506	391.646

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários	2.706	1.883	16.781	18.603
Provisão de férias	5.815	3.913	31.583	25.408
INSS	1.058	712	9.982	10.246
FGTS	392	262	3.444	3.363
Outros	94	83	774	739
Total	10.065	6.853	62.564	58.359

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRRF	1.063	874	12.141	11.762
ISS	40	49	4.042	1.895
PIS e COFINS	102	121	706	635
Outros	56	14	596	480
Total	1.261	1.058	17.485	14.772

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Adiantamentos de alunos (a)	8.352	12.902
Faturamento antecipado de clientes (b)	4.734	2.644
Projetos de pesquisa (c)	3.121	2.393
Outros	1.321	1.238
Total	<u>17.528</u>	<u>19.177</u>

- (a) Referem-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravalor, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Ideal Invest S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre a Ideal Invest S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalor. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalor faz o repasse antecipado de aproximadamente 90% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Sociedade, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.
- (b) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.
- (c) Referem-se a recursos provenientes de convênios firmados entre empresas governamentais e a Brasil, UNIMONTE, IMEC e Politécnic para cobertura dos custos na execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e capacitação científica e tecnológica. Esses adiantamentos são reconhecidos à medida que esses projetos são incorridos, possuindo a seguinte composição:

	Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CEMIG	1.531	1.217
FAPEMIG	494	394
Embaixada Britânica	405	405
Petrocoque	151	151
Apexbrasil	468	157
Settaport	50	50
Outros	22	19
Total Geral	<u>3.121</u>	<u>2.393</u>

19. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
FGTS (a)	2.718	2.802
ORDINÁRIO - RFB	84	1.607
REFIS IV	283	367
Outros parcelamentos	54	244
Total	<u>3.139</u>	<u>5.020</u>

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante	129	550
Passivo não circulante	3.010	4.470

- (a) FGTS: Referem-se a parcelamentos de FGTS das controladas Unimonte e IMEC junto a Caixa Econômica Federal. A partir de julho de 2015 a Unimonte passou a recolher os valores remanescentes através de depósito judicial, uma vez que a controlada está aguardando a Caixa Econômica Federal passar a lista dos colaboradores que ainda possuem valores a depositar de FGTS.

Em maio de 2017 a Sociedade e sua controlada Brasil entraram com débitos reconstituídos por cancelamento de PERDCOMP e débitos de INSS autuados e ora discutidos judicialmente, no parcelamento PRT (Programa de Regularização Tributária - MP 766 – IN 1.687), onde tal programa permitiu quitação da suposta dívida, sendo 80% do saldo compensado com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados e declarados até 31 de dezembro de 2015 próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico e recolhimento de 20% do saldo da dívida em espécie. No parcelamento da Sociedade, o efeito contábil foi aumento do ativo a recuperar, pelo cancelamento dos PERDCOMP e inclusão dos débitos no parcelamento. Na controlada Brasil, R\$ 3.073 foram lançados na conta de provisão para riscos no resultado e R\$ 4.018, baixados na conta de provisão para riscos no passivo.

Em outubro de 2017 as controladas Unimonte, Politécnic e USJT entraram com pedidos de parcelamento no PERT (Programa Especial de Regularização Tributária – LEI 13.496) decorrente respectivamente dos seguintes assuntos: (i) parcelamentos de supostos débitos junto a Secretária da Receita Federal, (ii) previdenciários parcelamento pela lei 11.941 e (iii) desistência de processos administrativos relacionados a PERDCOMPS. O programa de parcelamento de débitos permitiu a quitação desses valores que estavam sendo discutidos administrativamente, sendo pagamento de 5% da dívida em espécie, redução de multa e juros e quitação do restante com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados e declarados até 31 de dezembro de 2015, próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico. Para as controladas Unimonte e Politécnic, R\$ 518 foi lançado como ganho de multa e juros no resultado financeiro e, R\$ 920 baixado da conta de parcelamentos pois são provenientes de débitos já parcelado em outros programas. Na controlada USJT não houve impacto no resultado uma vez que tratava de dívida dos vendedores. O valor quitado de R\$2.370 foi ressarcido pelos vendedores.

Para os parcelamentos na modalidade PRT e PERT, nenhuma das empresas citadas acima ficou com saldo a pagar, uma vez que todo o saldo devedor foi quitado com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais estão refletidos na conta de imposto de renda e contribuição social no resultado da Sociedade, uma vez que não havia registro contábil dos impostos diferidos sobre tais créditos tributários.

Segue abaixo resumo os valores do parcelamento:

Parcelamento	Entidade	Dívida total	Redução de multa e juros	Liquidação em espécie	Liquidação com prejuízo fiscal e base negativa
PRT	GAEC	11.739	-	(2.348)	(9.391)
PRT	BRASIL	7.091	-	(1.418)	(5.673)
PERT	Unimonte	438	(272)	(23)	(143)
PERT	Politécnico	1.000	(246)	(754)	-
PERT	USJT	4.829	(2.459)	(241)	(2.129)
Total		<u>25.097</u>	<u>(2.977)</u>	<u>(4.784)</u>	<u>(17.336)</u>

20. TÍTULOS A PAGAR

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Aquisição da Sociesc	32.391	31.839
Aquisição da FACEB	21.959	22.653
Aquisição do Politécnico	17.013	17.692
Aquisição da ACAD	917	1.500
Total	72.280	73.684
Passivo circulante	11.141	9.133
Passivo não circulante	61.139	64.551

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	11.556
2019	9.788	9.171
2020	9.342	9.041
2021	8.550	10.024
Após 2021	33.459	24.759
Total	61.139	64.551

Maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 5.

21. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Administração acompanha o andamento dos processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para que todos os processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para riscos, incluindo principal e encargos.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas controladas, são garantidas por contrato pelos vendedores, que preveem o ressarcimento destes valores caso a Sociedade e suas controladas desembolsem algum valor em relação a estes processos. Estes valores compõem a provisão para riscos em R\$ 8.622, sendo R\$ 8.399 de processos trabalhistas e R\$ 223 de processos cíveis.

	Provisão para riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisões trabalhistas (a)	1.309	1.290	35.829	31.912
Provisões tributárias (b)	-	-	49.304	56.000
Provisões cíveis (c)	-	-	3.147	10.561
Total	1.309	1.290	88.280	98.473

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2016	Reversão	Atualização	31/12/2017
Trabalhista (a)	1.290	(69)	88	1.309
Total	1.290	(69)	88	1.309

	31/12/2015	Reversão	Pagamentos	Atualização	31/12/2016
Trabalhista (a)	2.328	(714)	(439)	115	1.290
Total	2.328	(714)	(439)	115	1.290

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2016	Combinação de Negócio (d)	Adições	Paga-mentos	Atualiza-ção	Reclassi-ficação	Compen-sação depósitos judiciais	Compen-sação (e)	Contin-gências vendedores	31/12/2017
Trabalhistas (a)	31.912	-	1.156	(4.808)	497	502	(1.829)	-	8.399	35.829
Tributárias (b)	56.000	(2.800)	3.192	(1.415)	-	-	-	(5.673)	-	49.304
Cíveis (c)	10.561	-	2.391	(7.514)	-	-	(2.514)	-	223	3.147
Total	<u>98.473</u>	<u>(2.800)</u>	<u>6.739</u>	<u>(13.737)</u>	<u>497</u>	<u>502</u>	<u>(4.343)</u>	<u>(5.673)</u>	<u>8.622</u>	<u>88.280</u>

	31/12/2015	Combinação de Negócio (d)	Adições/Reversão	Paga-mentos	Atualiza-ção	Reclassi-ficação	Compen-sação depósitos judiciais	31/12/2016
Trabalhistas (a)	43.844	2.709	(1.985)	(12.870)	1.274	1.034	(2.094)	31.912
Tributárias (b)	200	51.900	4.142	(242)	-	-	-	56.000
Cíveis (c)	2.048	1.860	8.629	(1.295)	-	-	(681)	10.561
Total	<u>46.092</u>	<u>56.469</u>	<u>10.786</u>	<u>(14.407)</u>	<u>1.274</u>	<u>1.034</u>	<u>(2.775)</u>	<u>98.473</u>

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de lides com o fisco referente a discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial. Na aquisição da Sociesc a Sociedade assumiu a discussão de passivos tributários relativos a questionamentos do Fisco sobre a imunidade tributária da Sociesc. Na opinião dos assessores legais que acompanham tal demanda judicial o risco de perda inerente à mesma é "possível", o que não ensejaria o provisionamento em uma situação normal. No entanto, seguindo os requerimentos dos parágrafos 23 e 56 do CPC 15, que regulam a avaliação de contingências em combinações de negócio, tal demanda foi avaliada a valor justo no montante de R\$ 49.100 e será mantida assim registrada, a menos que a opinião dos assessores legais passe a indicar risco de perda "provável" que seja superior a tal montante ou que a demanda transite em julgado favoravelmente à Sociesc, eventos que ensejarão respectivamente complemento ou reversão de tal provisão.
- (c) As provisões cíveis referem-se principalmente a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança, indenizações dentre outras.
- (d) A Sociedade e seus consultores revisaram no primeiro trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo da Sociesc, gerando um ajuste de R\$ 2.800 a menor após a avaliação finalizada.
- (e) Compensação referente adesão ao PRT (Programa de Regularização Tributária - MP 766 - IN 1687).

Processos classificados como possíveis:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	22.056	9.015
Tributária	157.929	150.946
Cíveis	25.015	11.632
Total	<u>205.000</u>	<u>171.593</u>

Também existem alguns processos possíveis existentes antes da aquisição que possuem as mesmas garantias mencionadas nas contingências provisionadas. Os valores compõem as contingências possíveis no total de R\$ 8.307, sendo R\$ 7.940 de processos trabalhistas e R\$ 367 de processos cíveis.

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas (a)	46	34	12.672	11.521
Tributárias (b)	-	-	20.107	16.590
Cíveis (c)	-	-	14.608	8.181
Total	<u>46</u>	<u>34</u>	<u>47.387</u>	<u>36.292</u>

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Resgate</u>	<u>Compensação contingência</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	11.521	3.214	(602)	(1.829)	368	12.672
Tributárias	16.590	2.066	-	-	1.451	20.107
Cíveis	8.181	8.694	(37)	(2.514)	284	14.608
Total	<u>36.292</u>	<u>13.974</u>	<u>(639)</u>	<u>(4.343)</u>	<u>2.103</u>	<u>47.387</u>

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Combi- nação de negócio</u>	<u>Baixa</u>	<u>Compensação contingência</u>	<u>Atual- zação</u>	<u>Realo- cação</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	10.699	3.889	548	(2.012)	(2.094)	195	296	11.521
Tributárias	10.264	4.741	-	-	-	1.585	-	16.590
Cíveis	6.952	3.106	291	(1.071)	(681)	(120)	(296)	8.181
Total	<u>27.915</u>	<u>11.736</u>	<u>839</u>	<u>(3.083)</u>	<u>(2.775)</u>	<u>1.660</u>	<u>-</u>	<u>36.292</u>

22. 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é composto por 80.944.571 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ambas correspondente a R\$496.411, cuja composição é como segue:

	<u>Ações Ordinárias</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Total de ações em circulação	79.756.582	80.027.482
Ações em tesouraria	1.187.989	917.089
Total geral de ações	<u>80.944.571</u>	<u>80.944.571</u>

b) Reservas de capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo da reserva de capital é de R\$ 6.618 (R\$6.533 em 31 de dezembro de 2016). O saldo refere-se principalmente à constituição de remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota explicativa nº 29.2

c) Ações em tesouraria

Em 2017 a Sociedade recomprou 270.900 ações ordinárias no montante de R\$4.261 a um custo médio de R\$ 15,73 reais (2.565.00 ações ordinárias no montante de R\$27.622 em 2016 a um custo médio de R\$10,77 reais), com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de ações em tesouraria é de 1.187.989 ações ordinárias no montante de R\$14.213 (917.089 ações ordinárias no montante de R\$ 9.952 em 31 de dezembro de 2016)

d) Reserva de lucros(i) Reserva legal

A Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício até 20% do capital social, optativa quando a reserva legal somada as reservas de capital ultrapassam 30% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o saldo de reserva legal é de R\$ 18.678 (R\$ 14.420 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Reserva de retenção de lucros

É representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, dos dividendos mínimos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam liberação da assembleia para sua destinação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o saldo da reserva de retenção de lucros é de R\$ 258.513 (R\$ 197.846 em 31 de dezembro de 2016).

e) Dividendos

Conforme o estatuto social da Sociedade é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade registrou o montante de R\$ 20.224 (R\$ 4.951 em 31 de dezembro de 2016) a serem confirmados por deliberação pela assembleia geral dos acionistas.

f) Ágio em transação de capital

Em dezembro de 2012, a Sociedade adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. A diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações (ágio) da operação descrita acima foi reconhecida no patrimônio líquido.

g) Lucro por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro básico por ação:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício	85.152	20.845
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	<u>79.882</u>	<u>80.400</u>
Lucro básico por ação ordinária - R\$	<u>1,07</u>	<u>0,26</u>

(ii) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade tem apenas um instrumento com efeito diluidor, referente a contrato de bonificação de até 900 mil ações da Sociedade, atreladas ao atingimento de metas conforme descrito na nota explicativa nº 28.

	Controladora	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores	85.152	20.845
Quantidade média ponderada de ações	79.882	80.400
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído	<u>900</u>	<u>835</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	80.782	81.235
Lucro diluído por ação - R\$	<u><u>1,05</u></u>	<u><u>0,26</u></u>

23. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa tem como foco a concessão de bolsas de estudos a estudantes, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários-mínimos, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Assim, mediante a assinatura do termo de adesão e em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005. As controladas da Sociedade oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do imposto de renda, contribuição social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da Lei nº 11.096/2005, citada acima. Esta isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação. Esta isenção é renovada semestralmente através da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

O número de bolsas oferecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está de acordo com as regras do PROUNI relacionadas ao mínimo de alunos por vaga, conforme determinado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

24. RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita bruta de produtos e serviços	2.775	2.819	1.299.447	1.037.660
Receita FIES líquida	-	-	335.921	367.656
Descontos em mensalidades	-	-	(535.462)	(398.674)
Impostos sobre faturamento	(293)	(300)	(28.770)	(21.824)
Comissões (a)	-	-	(27.974)	(27.812)
Ajuste a valor presente	-	-	<u>2.512</u>	<u>3.428</u>
Receita líquida	<u><u>2.482</u></u>	<u><u>2.519</u></u>	<u><u>1.045.674</u></u>	<u><u>960.434</u></u>

(a) Referem-se a comissão retida pelos financiamentos FIES (FGEDUC e agente financeiro), Pravalor e pólos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Sociedade, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Gratuidade PROUNI	(241.216)	(214.174)
Bolsas e descontos concedidos	(267.504)	(154.718)
Pós-graduação	(3.966)	(3.989)
Convênios com empresas	(8.068)	(4.987)
Devoluções, abatimentos e outros	(14.708)	(20.806)
Total	(535.462)	(398.674)

25. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Propaganda e publicidade	(2.218)	(1.839)	(38.041)	(29.840)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)	-	-	(46.169)	(45.554)
Impostos e taxas	(280)	(1.860)	(2.953)	(4.714)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 21)	(19)	599	(7.236)	(12.060)
Outras receitas operacionais	6.593	3.733	3.019	4.442
Receita com aluguel de salas e lojas	-	-	7.005	5.176
Despesas com pessoal (a)	(11.653)	(7.505)	(584.525)	(543.226)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(3.167)	(4.498)	(66.253)	(59.147)
Despesas com aluguel e ocupação	(392)	(95)	(95.713)	(92.671)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 12)	(1.278)	(928)	(27.948)	(24.940)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 13)	(6.798)	(3.886)	(23.346)	(17.181)
Provisão perda valor recuperável de ativos	-	(10.300)	-	(19.000)
Manutenção	(333)	(227)	(16.994)	(14.108)
Deslocamentos	(1.274)	(1.031)	(15.479)	(9.649)
Outras despesas	(834)	(453)	(44.464)	(41.873)
Total	(21.653)	(28.290)	(959.097)	(904.345)
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	(23.298)	(16.912)	(651.445)	(611.583)
Despesas comerciais	(2.218)	(1.839)	(84.210)	(75.394)
Despesas gerais e administrativas	(2.432)	(1.712)	(223.282)	(191.213)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	6.295	(7.827)	(160)	(26.155)

(a) O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

(b) O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor Adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, manutenção, deslocamentos, ocupação e outras.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

A Administração da Sociedade optou por organizar o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados como segue:

- a) Ensino - Atividade atrelada às controladas Brasil, IMEC, UNA, Unimonte, PGP Educação, Sociesc, FACEB e Politécnico, que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino em nível fundamental, médio e superior e de aperfeiçoamento profissional incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.

- b) Outros Negócios - Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil, Brasil e Sociesc focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas através de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in-company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, prestação de serviços de testes e análises técnicas, laboratórios de calibração e ensaios elétricos, de metrologia, de materiais, de fundição e ferramentaria.

A alocação de ativos e despesas através de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Sociedade, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e por esse motivo tais gastos não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

	31/12/2017			Total
	Consolidado			
	Ensino	Outros Negócios	Parcela não alocada	
RECEITA LÍQUIDA	984.806	60.815	-	1.045.621
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(615.529)	(35.882)	-	(651.411)
LUCRO BRUTO	369.277	24.933	-	394.210
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(77.388)	(4.669)	-	(82.057)
Gerais e administrativas	(101.006)	(27.202)	-	(128.208)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(404)	-	(404)
Corporativo	-	-	(97.239)	(97.239)
Outras (despesas) receitas operacionais	(220)	91	-	(129)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	190.663	(7.251)	(97.239)	86.173
Resultado financeiro	9.079	(671)	-	8.408
Resultado financeiro corporativo	-	-	(46.262)	(46.262)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	199.742	(7.922)	(143.501)	48.319
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	1.301	5.921	29.611	36.833
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	201.043	(2.001)	(113.890)	85.152

	31/12/2016			Total
	Consolidado			
	Ensino	Outros Negócios	Parcela não alocada	
RECEITA LÍQUIDA	914.124	46.310	-	960.434
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(579.639)	(31.944)	-	(611.583)
LUCRO BRUTO	334.485	14.366	-	348.851
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(70.682)	(2.727)	-	(73.409)
Gerais e administrativas	(114.267)	(16.088)	-	(130.355)
Corporativo	-	-	(64.370)	(64.370)
Outras despesas operacionais	(5.261)	(19.366)	(1)	(24.628)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	144.275	(23.815)	(64.371)	56.089
Resultado financeiro	7.709	(1.214)	(2.313)	4.182
Resultado financeiro corporativo	-	-	(40.953)	(40.953)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	151.984	(25.029)	(107.637)	19.318
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	1.525	3	(1)	1.527
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	153.509	(25.026)	(107.638)	20.845

A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do grupo, realizadas pela GAEC.

27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras:				
Receita com aplicações financeiras	1.618	10.331	14.394	22.790
Receita com juros de mensalidades	-	-	11.116	10.987
Variação cambial ativa	1	8	132	155
Variação cambial de empréstimos	799	45.520	799	45.520
Ganho com derivativo realizado	-	2.406	-	2.406
Correção monetária	247	751	7.848	15.813
Desconto obtido	29	13	2.067	1.684
Outros	-	-	1.810	1.198
Total	2.694	59.029	38.166	100.553
Despesas financeiras:				
Despesa de juros com empréstimos	(24.509)	(50.283)	(28.782)	(60.487)
Juros de financiamento Pravalor	-	-	(18.178)	(13.415)
Descontos financeiros concedidos a alunos	-	-	(3.117)	(2.541)
Despesa com derivativo	(12.470)	(47.926)	(12.470)	(47.926)
Variação cambial passiva	(8)	(7)	(502)	(130)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	-	-	(8.325)	(8.706)
Despesa Bancária	(308)	(1.597)	(344)	(1.806)
Outros	(3.327)	(169)	(4.302)	(2.313)
Total	(40.622)	(99.982)	(76.020)	(137.324)
Resultado financeiro	(37.928)	(40.953)	(37.854)	(36.771)

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Remuneração variável – A Sociedade e suas controladas Brasil, IMEC, Unimonte e USJT possuem o programa Compostella, que tem por objetivo oferecer remuneração variável à liderança, desde que a instituição alcance suas metas globais e cada liderança atinja suas metas individuais. Não houve pagamento deste benefício para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

Benefício alimentação - A Sociedade e suas controladas oferecem duas opções a seus colaboradores: cartão refeição ou cartão alimentação, à exceção da Unimonte, que oferece apenas a opção de alimentação e a Sociesc, que oferece apenas a opção de refeição. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram gastos com esse benefício R\$ 9.342 (R\$ 8.353 em exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Plano de saúde e odontológico - A Sociedade e suas controladas oferecem plano de saúde e odontológico aos colaboradores com regime de coparticipação, conforme critérios definidos em sua política. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o gasto foi de R\$ 9.753 (R\$8.648 em exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Bolsa de estudo – A Sociedade e suas controladas oferecem a todos os colaboradores bolsas que variam de 50% a 100% de acordo com a faixa salarial, curso escolhido e rendimento escolar e podem ser endossadas para um dependente legal de cada vez. Adicionalmente os cônjuges e filhos podem usufruir de uma bolsa de 50% e a Comunidade Anima (demais familiares dos colaboradores), tem bolsa de 30%. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram disponibilizados R\$23.231 referente à bolsa de estudo aos colaboradores e seus dependentes (R\$19.938 em exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Auxílio creche – A Sociesc oferece aos seus colaboradores o valor de até 50% do salário mínimo para os colaboradores com filho até 1 ano de idade, matriculados em creche particular, a USJT oferece 100% do auxílio creche aos seus empregados.

Auxílio transporte – A Sociesc oferece aos seus diretores corporativos e diretores de unidades auxílio transporte mensal e também cartão combustível e pedágio.

Assistência funeral – A Sociesc oferece aos seus colaboradores auxílio funeral, onde em caso de morte do colaborador, os filhos maiores de 14 anos possuem direito a assistência funeral e indenização no valor de R\$ 5 e para os filhos menores de 14 anos possuem direito somente a assistência funeral no valor máximo de R\$ 5.

Previdência privada – A Sociesc oferece aos seus colaboradores plano de previdência privada contratado junto ao Bradesco, com contribuição de até 70%, limitado a 10% do salário do colaborador, com vencimentos acima de R\$ 7 e contribuição de 100% para os colaboradores com vencimentos abaixo de R\$ 7. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram gastos R\$ 325 com esse benefício (R\$704 em exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Seguro de vida: A HSM Brasil oferece seguro de vida sem desconto ao seu colaborador sem nenhuma coparticipação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas não possuem planos de benefícios pós emprego na modalidade de benefício definido.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora								
	31/12/2017					31/12/2016			
	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo	
Contas a receber	Mútuos	Fornecedores	Mútuos	Receitas	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos	Receitas	
Brasil	13.634	-	589	-	2.062	4.672	380	-	2.095
IMEC	3.910	-	452	-	-	3.219	292	-	-
USJT	-	-	-	-	-	2.832	91	-	-
Unimonte	3.857	-	406	3.577	713	1.270	258	22	724
SOCIESC	-	9.576	-	-	-	-	-	-	-
Instituto Anima	-	315	-	-	-	-	-	-	-
FACEB	2.954	-	-	-	-	-	-	-	-
Politécnico	1.717	-	-	-	-	-	-	-	-
HSM Brasil	834	-	246	-	-	144	73	-	-
Outros	34	-	70	-	-	68	70	-	-
Total	26.940	9.891	1.763	3.577	2.775	12.205	1.164	22	2.819

	Consolidado									
	31/12/2017				31/12/2016					
	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado
Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Despesas	Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Despesas	
Santa Antonieta Gestão Patrimonial (a)	-	-	310	-	3.685	-	-	-	-	3.482
Instituto Anima	-	333	-	-	-	32	147	-	-	-
Virtual	36	-	-	-	-	36	-	-	-	-
Total	36	333	310	-	3.685	68	147	-	-	3.482

(a) Refere-se ao aluguel do Campus Aimorés utilizado pela Brasil

29.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e conselheiros da Sociedade.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo	4.068	3.649	11.290	11.186
Benefícios de longo prazo	-	-	-	5.288

29.2 Remuneração baseada em ações

Com o objetivo da permanência do principal executivo da Sociesc, a Sociedade pactuou um contrato de bonificação em ações sujeito ao atingimento de metas financeiras, operacionais, desempenho acadêmico e gestão de pessoas para os próximos cinco anos a partir de 2016, que poderão resultar na bonificação de até 900 mil ações da Sociedade (ANIM3).

As ações outorgadas serão liquidadas exclusivamente com instrumentos patrimoniais (ações da Sociedade) e a Sociedade não possui obrigação de alterar a liquidação para pagamento em dinheiro.

O valor justo das ações concedidas é reconhecido na despesa na rubrica "despesas com pessoal" e a contrapartida está registrada na rubrica "reserva de capital" no patrimônio líquido.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Sociedade e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Sociedade e suas controladas gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas.

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2017:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15.)	52.512	114.645	108.661	275.818
Derivativos (nota explicativa nº 30.1 C)	4.941	2.616	-	7.557
Fornecedores (nota explicativa nº 14.)	33.773	-	-	33.773
Títulos a pagar (nota explicativa nº 20.)	11.141	19.130	42.009	72.280
Em 31 de dezembro de 2016:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15.)	124.126	106.564	146.942	377.632
Derivativos (nota explicativa nº 30.1 C)	13.061	-	9.641	22.702
Fornecedores (nota explicativa nº 14.)	23.688	-	-	23.688
Títulos a pagar (nota explicativa nº 20.)	9.133	20.728	43.823	73.684

- (b) Risco de crédito – É o risco que a Sociedade e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Sociedade constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas.

- (i) Contas a receber: A Sociedade e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Em 2016 a Sociedade criou financiamentos através dos programas Ampliar e Pravalor (nota explicativa nº 7), onde o aluno paga entre 33% e 65% de sua mensalidade e o restante após formado até o dobro do tempo do curso. Para esta carteira a Sociedade adotou percentuais de perda mais conservadores onde o título a vencer possui uma provisão de 40% e 100% para os títulos vencidos a mais de 90 dias.

- (ii) **Instrumentos financeiros:** A Sociedade restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.992	8.663	33.918	39.568
Aplicações financeiras	6	-	7.003	81.994	141.931
Contas a receber	7	26.940	12.205	247.030	285.603
Adiantamentos diversos	8	1.367	1.532	42.096	49.804
Créditos com partes relacionadas	29	9.891	-	333	147
Total		<u>41.190</u>	<u>29.403</u>	<u>405.371</u>	<u>517.053</u>

- (c) Risco de mercado - é o risco que a Sociedade e suas controladas possuem, de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.
- (i) **Risco de câmbio** - A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Sociedade previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Sociedade realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação atende aos critérios de designação do hedge, na qual foi designada como hedge de valor justo. Desde o início de sua contratação e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o hedge está sendo efetivo em relação à exposição do valor justo às variações da taxa cambial em 99%. O empréstimo foi ajustado em R\$ 1.951 no mesmo momento em que o valor justo do *SWAP* de variação cambial, ambos reconhecidos no resultado.

Adicionalmente a controlada HSM realiza operações de "compra" de moeda a termo (NDF – Non Deliverable Forward), em dólares, cujo objeto de proteção refere-se à contratação de prestadores de serviços em moeda estrangeira altamente prováveis, e essa operação de derivativo é contabilizada no balanço da controlada da Sociedade pelo seu valor justo e os ganhos ou as perdas relacionadas são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a operação está liquidada.

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora e Consolidado							
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor (R\$ mil)	Cotação contratada	Ajuste valor justo (R\$ mil)	Taxa contratada	Taxa SWAP
28/08/2015	26/08/2020	20.599	68.353	3,5600	7.557	2,788% a.a.	CDI + 1,00% a.a.
Total		<u>20.599</u>	<u>68.353</u>		<u>7.557</u>		
Passivo circulante					4.941		
Passivo não circulante					<u>2.616</u>		
					<u>7.557</u>		

A Administração da Sociedade mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados.

- (ii) Risco de juros - A Sociedade possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Sociedade não tem contratos firmados de proteção contra este tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras:			
Certificado de Depósito Bancário - CDI	6	(81.994)	(141.931)
Empréstimos e financiamentos:			
Certificado de Depósito Intermediário - CDI	15	260.399	361.992
Derivativos	30.1	7.557	22.702
TJLP e TR	15	2.313	3.485
Outros (i)	15	13.106	12.155
Títulos a pagar:			
INPC	20	33.308	33.339
Média INPC/IGPM/IPCA	20	21.959	22.653
TR	20	17.013	17.692
Total		<u>245.231</u>	<u>299.822</u>

(i) Empréstimos e financiamentos sem indexador.

30.2 Gestão de capital

A Sociedade e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas. A Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	15	251.273	330.125	275.818	377.632
Derivativos	30.1	7.557	22.702	7.557	22.702
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2.992)	(8.663)	(33.918)	(39.568)
Aplicações financeiras	6	-	(7.003)	(81.994)	(141.931)
Dívida (caixa) líquido		<u>255.838</u>	<u>337.161</u>	<u>167.463</u>	<u>218.835</u>
Patrimônio líquido	22	683.353	635.692	683.353	635.692
Índice de alavancagem financeira		<u>37%</u>	<u>53%</u>	<u>25%</u>	<u>34%</u>

30.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos e financiamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, devido a tais empréstimos e financiamentos possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos futuros dos empréstimos e financiamentos utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa nº 15), posteriormente trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações ocorridas no final de cada exercício, que estão em conformidade com as taxas utilizadas pelo mercado em cada uma das datas e modalidade de captação. A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 foi de 9,16% (15,82% em 31 de dezembro de 2016).

Os valores justos estimados são como seguem:

	Nota explicativa	Controladora			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos e financiamentos	15	253.754	251.273	330.077	330.125
Derivativos	30.1	7.557	7.557	22.702	22.702
Total		<u>261.311</u>	<u>258.830</u>	<u>352.779</u>	<u>352.827</u>

	Nota explicativa	Consolidado			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos e financiamentos	15	279.912	275.818	372.776	377.632
Derivativos	30.1	7.557	7.557	22.702	22.702
Títulos a pagar	20	72.280	72.280	73.684	73.684
Total		<u>360.274</u>	<u>355.655</u>	<u>469.162</u>	<u>474.018</u>

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos e títulos a pagar.

30.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito	26.940	12.205	247.030	285.603
	<u>26.940</u>	<u>12.205</u>	<u>247.030</u>	<u>285.603</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AAA	25	77	1.740	2.300
Aplicações financeiras (i) AAA	2.924	-	107.832	173.020
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AA+	36	119	3.600	4.884
Aplicações financeiras (i) AA+	-	15.466	2.592	1.176
	<u>2.985</u>	<u>15.662</u>	<u>115.764</u>	<u>181.380</u>

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

O Saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

31. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 6,89%, INPC – 2,07%, IPCA – 2,95%, IGPM – (0,53%), TJLP – 7,00% e TR – 0,60%), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

	Controladora					
	31/12/2017			Efeito no resultado		
	Indexador	Risco	Valor	Cenário 1	Cenário 2 (25%)	Cenário 3 (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(2.924)	(201)	(252)	(302)
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	184.870	12.738	15.922	19.106
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	66.403	4.575	5.719	6.863
Derivativos	CDI	Alta do CDI	7.557	521	651	781
Exposição líquida - perda			<u>255.906</u>	<u>17.633</u>	<u>22.040</u>	<u>26.448</u>

	Consolidado					
	31/12/2017			Efeito no resultado		
	Indexador	Risco	Valor	Cenário 1	Cenário 2 (25%)	Cenário 3 (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(110.424)	(7.608)	(9.510)	(11.412)
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	193.996	13.366	16.708	20.049
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	TJLP/TR	Alta da média	2.313	88	110	132
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	66.403	4.575	5.719	6.863
Derivativos	CDI	Alta do CDI	7.557	521	651	781
Títulos a pagar	INPC	Alta do INPC	33.308	689	862	1.034
Títulos a pagar	Média INPC/ IGPM/IPCA	Alta da média	21.959	329	411	493
Títulos a pagar	TR	Alta da TR	17.013	102	128	153
Exposição líquida - perda			<u>232.125</u>	<u>12.062</u>	<u>15.079</u>	<u>18.093</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual por termos mais empréstimos do que aplicações.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram baseadas na estimativa de CDI divulgada pela Cetip, do INPC, IPCA, IGPM divulgados pelo IBGE, TJLP divulgada pela IDG e da TR divulgada pelo BACEN, consideradas pela administração como fontes externas independentes e confiáveis.

Não foi realizada análise de sensibilidade dos impactos da variação do dólar, pois a administração da Sociedade contratou instrumentos de proteção em montante considerado suficiente, para minimizar os impactos da variação cambial.

32. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade possuía apólices de seguro que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

33. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa:

- a) Em 31 de janeiro de 2017 foi revisada a apuração dos ativos e passivos a valor justo da Sociesc, adquiridos em combinação de negócios, gerando um efeito não caixa referente ao complemento desta alocação, no montante de R\$ 1.616;
- b) Em maio de 2017, a Sociedade cancelou alguns PERDCOMP's recompondo débitos tributários que foram incluídos no parcelamento PRT, no montante de R\$ 8.594;
- c) Em maio de 2017, a controlada Brasil incluiu no parcelamento PRT débitos de INSS autuados e ora discutidos judicialmente, no montante de R\$ 5.246, que estavam contingenciados;
- d) Em junho de 2017 foi realizada a apuração dos ativos e passivos da Faceb, a valor justo, gerando um efeito não caixa no montante de R\$ 2.240;
- e) Em agosto de 2017 foi revisada a apuração dos ativos e passivos a valor justo da ACAD, gerando um efeito não caixa no montante de R\$ 1.339;
- f) Em outubro de 2017 foi revisada a apuração dos ativos e passivos a valor justo da Politécnic, gerando um efeito não caixa no montante de R\$ 2.006;
- g) Em outubro de 2017 a Sociedade integralizou capital com ativos imobilizados em sua controlada Anima Participações Ltda gerando um efeito não caixa no montante de R\$840;
- h) Para o período findo em 31 de dezembro 2017, foram compensados o montante de R\$ 4.343 das contas de depósito judicial e contingências, reduzindo ambos os saldos sem afetar o caixa;
- i) A Sociedade constituiu crédito tributário com prejuízos fiscais e base negativa de CSLL acumulados e declarados até 31 de dezembro de 2015. O montante constituído foi de R\$ 17.193, e com parte destes créditos realizou aumento de capital na controlada Brasil no montante de R\$ 7.803;
- j) A Sociedade e suas controlada Brasil, Unimonte, Politécnic e USJT utilizaram os créditos tributários para quitar saldos parcelados remanescentes pelo PRT e PERT, conforme nota explicativa nº 19.

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado esta demonstrada a seguir:

	Controladora							Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Fluxo de Caixa	Variações sem caixa				Dividendos obrigatórios e prescritos	
			Cambial	Valor Justo	Juros			
Débito com partes relacionadas	22	3.555	-	-	-	-	3.577	
Empréstimos e financiamentos	330.125	(100.611)	(799)	(1.951)	24.509	-	251.273	
Derivativos	22.702	(29.565)	799	13.621	-	-	7.557	
Dividendos a pagar	4.967	(4.951)	-	-	-	16.151	16.167	
Ações em tesouraria	9.952	4.261	-	-	-	-	14.213	

	Consolidado							Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Fluxo de Caixa	Variações sem caixa				Combinação de negócio	
			Cambial	Valor Justo	Juros	Dividendos obrigatórios e prescritos		
Débito com partes relacionadas	-	9	-	-	-	-	9	
Empréstimos e financiamentos	377.632	(127.846)	(799)	(1.951)	28.782	-	275.818	
Títulos a pagar	73.684	(12.616)	-	-	8.325	2.887	69.393	
Derivativos	22.702	(29.565)	799	13.621	-	-	7.557	
Dividendos a pagar	4.967	(4.951)	-	-	-	16.151	16.167	
Ações em tesouraria	9.952	4.261	-	-	-	-	14.213	

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Reestruturação Societária

Em 1 de janeiro de 2018, as controladas HSM Brasil e ACAD firmaram o protocolo e justificção de incorporação, aprovando a extinção da ACAD que foi sucedida em todos os bens, direitos e obrigações pela HSM Brasil. Como a ACAD era controlada integralmente pela HSM Brasil, inexistiu substituição de participação societária, não houve emissão de novas ações da HSM Brasil e nem alteração do seu capital social.

Em 1 de janeiro de 2018, as controladas PGP Gestão e PGP Educação, aprovaram a transformação da natureza jurídica da Sociesc em sociedade simples Ltda. Também foi aprovada alteração da sua denominação para Sociedade Educacional de Santa Catarina-Sociesc SS Ltda constituindo um capital social de R\$ 20 mil reais. E, em 22 de fevereiro de 2018, foi aprovada a conversão da Sociesc em sociedade anônima fechada, passando a denominar-se Sociedade Educacional de Santa Catarina-Sociesc S/A.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2018.

DIRETORIA

DANIEL FACCINI CASTANHO
Diretor Presidente

GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO
Diretor Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

MARY AFONSO MOUSINHO
Contadora
CRC/MG 088.391/O-8

ORÇAMENTO DE CAPITAL 2018

O presente Orçamento de Capital, nos termos do artigo 196 da lei nº 6404, visa o planejamento das fontes e das aplicações de recursos financeiros para fazer frente às necessidades de capital da Sociedade ao longo do exercício de 2018, cujo valor proposto é de R\$ 278.157.000,00 (Duzentos e setenta e oito milhões, cento e cinquenta e sete mil reais). Será submetido à aprovação da Assembleia Geral e tem a seguinte destinação e origem de recursos:

Aplicação de Capital Prevista:

Empréstimos e Financiamentos de curto prazo	41.179.000,00
Empréstimos e Financiamentos de curto prazo nas Controladas	16.274.000,00
Aquisições de Controladas a pagar	11.141.000,00
Necessidade de caixa nas controladas pela concessão de prazo adicional ao Governo Federal para o pagamento do Fies	92.563.000,00
Investimentos em Expansão e Manutenção	93.000.000,00
Investimento em Expansão para programa Mais Médicos	<u>24.000.000,00</u>
	278.157.000,00

Fontes de Recursos Previstas:

- Os lucros retidos no montante de R\$ 258.513.000,00 (Duzentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e treze mil reais), sendo:

Retenção de lucros do exercício	60.671.000,00
Retenção de lucros de exercícios anteriores	197.846.000,00
(-) Dividendos de anos anteriores pagos no exercício	<u>(4.000,00)</u>
	258.513.000,00

- Capital de terceiros no montante de R\$ 19.644.000,00 (Dezenove milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil reais).

Prazo: até 1 ano